

ARMAS DE DOMINIO

CIDADE DE VILA REAL

Parecer apresentado por Affonso de Dornellas na secção da heraldica da Associação dos Archeologos Portuguezes e aprovado em sua sessão de 1 de Abril de 1925.

EM 1645 publicava Rodrigo Mendes da Silva a sua obra «Poblacion General de España, sus trofeos, blasones, etc.», onde incluye as cidades e villas portuguezas indicando as armas de cada uma.

No capitulo 135 trata de Villa Real, não fazendo referencia ás armas desta Villa o que é bastante esquisito e pouco vulgar na mesma obra. No capitulo anterior referente a Moncorvo e no posterior referente a Villa Flor, descreve as respectivas armas; no de Villa Real, nada. Porque? Por falta de conhecimento? Por não haver armas de Villa Real nessa epoca?

Villa Real teve nada menos de quatro foraes a saber:

1.º — dado em Santarem a 7 de Dezembro de 1272, registado no Livro I de Doações de D. Affonso III, folhas 117 v. col. 2.

2.º — dado em Lisboa a 4 de Janeiro de 1289, registado no Livro I de Doações de D. Diniz folhas 247 v. col. 1. Está publicado no livro das Egrejas do Padroado Real do Arcebispado de Braga por Lousada a folhas 443.

3.º — dado em Lisboa a 24 de Fevereiro de 1293, registado no Livro II de Doações de D. Diniz, folhas 53 v. col. 1. Documento n.º 13 do Maço 3.º da gaveta 15 da Torre do Tombo.

4.º — dado em Lisboa a 22 de Junho de 1515, registado no Livro de Foraes Novos de Trás os Montes, folhas 47 v. col. 2. Os autos para este foral constituem o documento 25 do Maço 3.º da parte III do «Corpo Chronologico», archivado na Torre do Tombo.

Um dos primeiros assumptos a tratar depois de recebido o foral, era a organização do sello municipal para poder autenticar os documentos que fossem lavrados. As figuras que constituem o sello, são as que aparecem no estandarte municipal que era de seda bordado para figurar nas cerimoniaes, e esculpido em pedra para colocar nos frontispicios das construções pertencentes ao Municipio.

Não resta portanto a menor duvida que Villa Real teve o seu sello e portanto as suas armas. Quaes foram inicialmente?

Nos variados estudos a que tenho procedido sobre as armas das cidades e das vilas portuguezas, tenho na maioria dos casos lutado com as mesmas dificuldades, não encontrando qualquer referencia ao primitivo sello e portanto ás primitivas armas.

Parece que durante os seculos XIV e XV, houve em muitos Municipios uma fase de completo abandono por tudo, desaparecendo o sello e o estandarte, estabelecendo-se um completo desconhecimento destas interessantes insignias de autoñomia local.

Por todo o paiz houve um manifesto adormecimento sobre o valor dos foraes, naturalmente para dar lugar ao abuso e cada um proceder como melhor lhe parecia.

D. Manuel I, aproveitando muito bem este estado de coisas e compreendendo muito bem que os primiti-

vos foraes não só tinham servido para o inicio da educação e disciplina do povo, como para estabelecer uns certos impostos, resolveu organisar, modernizando, a vida dos Municipios, tirando muitas regalias, creando muitos mais impostos, e estabelecendo muitas regras que a epoca já ia exigindo.

Primeiro planeou recolher de todas as cidades e



Sello de Vila Real segundo este parecer

villas, os Foraes, Tombos, Escrituras e mais documentos indispensaveis para a organização geral e methodica, nomeando para esta busca, uma comissão composta do Chanceller Mór do Reino Dr. Rui Boto do seu Conselho, Dr. João Façanha do seu Dezembargo e de Fernão de Pina, Cavalleiro de sua casa. Esta deliberação foi exarada em Evora em Carta Regia de 22 de Novembro de 1497, a qual constitue o Documento n.º 119 do Maço 2 da Pasta I do «Corpo Chronologico» existente na Torre do Tombo.

Recolhidos todos estes elementos e feito o respectivo estudo para estabelecer uma normalidade em todo o paiz, foram os foraes novos elaborados e expedidos sendo o primeiro o de Lisboa com data de 7 de Agosto de 1500. Expediu D. Manuel mais de 1760 foraes em 735 Documentos.

O Foral Novo de Villa Real, como disse, é datado de 22 de Junho de 1515.

Estes foraes novos vieram fazer uma grande confusão na heraldica de dominio, pois muitas das terras que tinham já perdido a noção de como teria sido o seu sello e o seu estandarte, em vez de procurarem organisar novo sello, adoptaram a esfera armilar e até a Cruz de Cristo e as armas nacionaes, por na primeira pagina do foral se acharem iluminados estes elementos.

Julgaram que por estarem pintados no foral da terra, eram as suas insignias.

Ainda houve alguns municipios, que conhecendo o sello antigo, o substituiram pelos assumptos iluminados no foral. Emfim foi um desastre que felizmente agora se está rectificando a pouco e pouco havendo já umas dezenas de municipios que teem solicitado da secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portugueses,

que lhe seja feito um estudo sobre as suas armas de dominio para usarem nos sellos, nos estandartes e esculpido nos edificios.

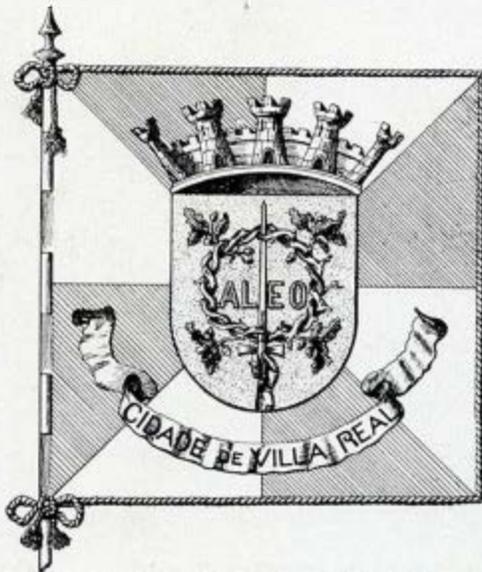
As Armas de Villa Real de Panoyas como se designava antigamente, de Villa Real de Trás os Montes como é vulgarmente conhecida e da Cidade de Villa Real como agora acabam de a alcinhar, necessitam d'um aturado estudo que não deve ser feito sem que o seu Municipio o solicite da referida Instituição dos Archeologos Portugueses.

Como disse no inicio deste resumido estudo, Rodrigo Mendes da Silva em 1645 não lhe indica armas.

Em 1675, Francisco Coelho, Rei d'Armas da India, no seu «Thesouro da Nobresa», edistente na Torre do Tombo, dá como armas de Villa Real, um braço empunhando uma espada e Ignacio Vilhena Barbosa em 1862 no Volume III da sua obra «As Cidades e Villas da Monarchia Portuguesa que teem brasão d'Armas», dá como armas de Villa Real — *uma coroa de louro, tendo ao meio escripta a palavra aleo, e ao lado uma espada* —.

Parece-me que o braço com a espada tem uma certa razão de ser, atendendo á letra dos seus foraes que dão taes liberdades a Villa Real, tornando-a por tal forma independente e tão radicalmente autonoma, que causa espanto.

Dá a impressão que as terras de Panoyas eram excessivamente exploradas pelos nobres e pelos senhores



Bandeira de Vila Real com as cores indicadas heraldicamente

que exerciam justiça e que o abuso estava tão invetrado na vida normal das autoridades locais, que os foraes foram uns verdadeiros gritos de liberdade.

El-Rei D. Afonso III tentou fundar esta Villa, parecendo que era necessario crear n'aquella região um novo

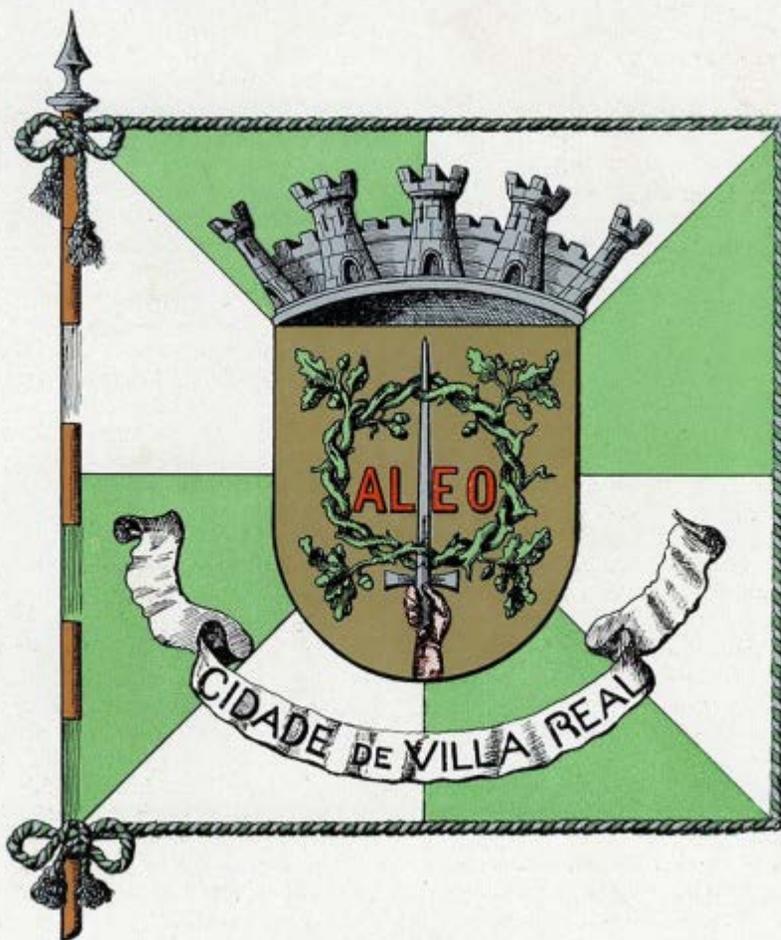
organismo por naturalmente ser difical, disciplinar os mandantes da área conhecida por «Terras de Panoyas».

Apesar das regalias previstas no Foral deste Rei, em 7 de Dezembro de 1272, parece que a nova Villa não tomou o desenvolvimento desejado ou não chegou mesmo a fundar-se. Morreu D. Afonso III em 1279 sucedendo-lhe seu filho D. Diniz que naturalmente pelas queixas dos habitantes da «Terra de Panoyas», procurou remediar o caso, elaborando outro foral com maio-

quizessem, até podiam escolher as pessoas que muito bem entendessem para aumentar o seu numero.

Cada ano os habitantes de Villa Real tinham que nomear dois juizes para toda a «Terra de Panoyas» os quais prestariam juramento nas mãos dos tabeliães.

Os habitantes de Villa Real podiam passear e caçar por toda a Terra de Panoyas sem o menor obstaculo e podiam passar e vender tudo quanto lhes pertencesse pelas outras povoações sem pagarem qualquer imposto, e



Bandeira e armas da Cidade de Vila Real

res e mais acentuadas prerogativas em 4 de Janeiro de 1289 o que ainda não chegou pelo que em 4 de Fevereiro de 1293 um terceiro Foral, veio então regular a vida da Nova Villa que definitivamente se fundou com quinhentos habitantes, comprometendo-se D. Diniz a construir a muralha necessaria para a cercar.

É notavel a forma como este Foral dá poderes a quinhentos povoadores para que tudo se fizesse como

tinham licença de porte d'armas até Bragança.

Este Foral não permitia que fosse quem fosse que vindo de fóra, ficasse sequer uma noite dentro da Villa, mesmo sendo Rico Homem. Os Meirinhos não podiam entrar em Terra de Panoyas salvo se fossem de caminho e tudo quanto qualquer estranho dispendesse, teria que o pagar, quer dizer não havia aboletamentos, nem obrigação de sustentar caminheiros.

Caso D. Diniz ou os seus sucessores fizessem Alcaçar em Villa Real e portanto nomeassem Alcaide, este só teria poderes no castello para o guardar, não tendo que intervir fosse no que fosse na Terra de Panoyas onde só mandavam os dois juizes que o povo nomeasse em cada ano.

Emfim, D. Diniz doou pelo mesmo Foral todas aquelas regiões aos habitantes de Villa Real, ficando tudo Coutado não permitindo que nesse Couto entrassem Meirinhos, Porteiros, Mordomos e Encouteiros nem outra qualquer justiça onde só davam ordens os referidos dois juizes, sendo de trezentas libras a multa para qualquer autoridade de fóra que tivesse a pretensão de dar ali ordens.

Os crimes que se praticassem em «Terras de Panoyas» só podiam ser julgados pelos dois juizes de Villa Real, devendo toda a justiça ser feita dentro da Villa por ser a cabeça de toda a mesma Terra.

Emfim com tudo isto não estará bem nas armas de Villa Real, um braço armado com a espada da justiça?

Em 1415, D. João I tomou Ceuta aos Mouros ficando ali por Governador, D. Pedro de Menezes, filho do primeiro Conde de Viana, João Affonso Tello de Menezes e de sua Mulher D. Maria Villalobos Porto Carreiro, que era filha e herdeira da grande casa de Pedro Lourenço de Porto Carreiro, grande proprietario nas «Terras de Panoyas» a quem El-Rei D. Diniz salvaguardou todos os direitos no Foral de 24 de Fevereiro de 1293 acima referido.

Apóz a tomada de Ceuta, D. João I teve serias dificuldades em nomear Governador, por todos quererem voltar ao Reino. D. Pedro de Menezes, n'um intervalo de luta com os mouros, jogava a choca com outros cavaleiros e no momento em que ganhava o jogo levantando o cajado victorioso, e dando o grito «Aleo», que indicava a victoria, soube que ninguem queria aceitar o cargo de Governador de Ceuta que se afigurava muito perigoso e então correu á presença de D. João I e disse que com o cajado com que acabava de gritar «Aleo», manteria a moirama em respeito se fosse nomeado Governador da Cidade.

Foi imediatamente nomeado para tão espinhoso cargo, dando-lhe D. João I o mesmo cajado por bastão.

É conhecidissimo este facto, ficando a palavra «Aleo» como grito de guerra de todos os descendentes de D. Pedro de Menezes que repetiram esta palavra nas sepulturas, na ornamentação dos seus palacios, nos fechos das abobadas, na ornamentação das janelas, etc.

Os descendentes de D. Pedro de Menezes, foram Condes, Marquezes e Duques de Villa Real e ainda hoje, nas ruínas do sumptuoso Palacio que possuam em Villa Real, na ornamentação das janelas, dentro d'uma coroa de carrascos, existe a palavra «Aleo», como repetida dezenas de vezes existe no monumental tumulo do grande guerreiro D. Pedro de Menezes na Igreja da Graça em Santarem.

A palavra «Aleo», constituia um grito de liberdade,

era um termo de direito medieval, «Alleu» ou «Franco-alleu», que se opunha ao feudalismo.

A cidade ou villa que fosse livre, que não era sujeita a um senhor que ministrasse justiça e recebesse impostos, emfim que fosse absolutamente autonoma, estava abrangida pela significação «Alleu».

No Algarve ainda hoje o descanço ou alivio se manifesta dizendo «Aleu».

Em todo o Portugal ainda hoje se diz «Allodio» quando nos queremos referir a uma propriedade livre de direitos ou encargos senhoriaes, é «Allodial», não está foreira, está livre.

No jogo da choca era a mesma coisa. Travava-se o jogo entre dois grupos, defendendo cada um, uma entrada do Largo onde se efectuava o jogo. Atirava-se uma bola ao ar e correndo para um dos lados, os jogadores munidos de pequenos cajados, tratavam de ver se a encaminhavam para a sahida guardada pelo grupo contrario e assim continuava o jogo até que a bola seguia por uma das sahidias e então o cajado que lhe tinha dado o ultimo impulso era levantado ao ar e todos os do grupo do vencedor gritavam «Aleo», sendo em seguida pagas as apostas.

É pois interessantissimo o facto, a coincidência de ter sido adoptado pela Familia de D. Pedro de Menezes o grito de guerra «Aleo» por causa do caso passado em Ceuta em 1415 e ser D. Pedro de Menezes descendente de Pero Lourenço de Porto Carreyro, rico proprietario das «Terras de Panoyas» e progenitor dos Condes, Marquezes e Duques de Villa Real, quando afinal, Villa Real pelo Foral de D. Diniz está perfeitamente nas condições de poder usar o grito «Aleo».

Ora succede que em 1675, como já disse, Francisco Coelho, no seu «Thesouro da Nobresa», que não merece muito credito, indica como armas de Villa Real, apenas o braço armado d'uma espada e em 1862, Vilhena Barbosa, include nas mesmas armas uma coroa de louros circundando a palavra «Aleo» pondo-lhe a espada ao lado.

Porque é que n'este intervalo, foi pela Camara Municipal adotada a coroa de louros e a palavra em questão?

Haverá alguma referencia nas actas das sessões da Camara?

Seria por verem na frente do Palacio dos Condes, Marquezes e Duques de Villa Real a mesma palavra cercada d'uma coroa de carrascos que julgando serem as armas locais, as adoptaram para o sello? Ou foi com pleno conhecimento da significação da palavra «Aleo» com referencia á historia da fundação da villa e das suas prerogativas que compuseram assim as suas armas?

Fosse como fosse, o que é facto é que de forma alguma Villa Real deve deixar de usar a palavra «Aleo», a espada e uma coroa não de louros mas de carrascos representando o sacrificio e emfim a simplicidade da sua fundação, pois foi devida ao desejo de liberdade do

povo natural da região que essas prerrogativas lhe foram dadas.

Parece-me pois que devem essas armas ser ordenadas por uma forma mais heraldica como vou indicar:

— *De ouro com uma coroa de carrascos folhados e frutados de sua côr, enfiada por uma espada de prata empunhada por uma mão de carnação movente do pé do escudo.*

Ao centro da coroa a palavra «Aleo», de vermelho.

Bandeira de um metro por lado quarteada de verde e branco cam uma fita branca e os dizeres «Cidade de Villa Real» de negro.

Indico o campo de ouro, porque este metal na heraldica significa fidelidade, constancia, poder e liberdade.

Indico verde e branco para a bandeira por serem a côr e o metal das peças principaes das armas.



LUSO

Parecer apresentado por Affonso de Dornellas aprovado em sessão de 25 de Julho de 1923 da Secção de Heraldica e Genealogia da Associação dos Archeologos Portuguezes.

○ Dr. José Troncho de Mello no seu interessante trabalho «LUSO-BUSSACO-Estação de cura e repouso» deu-me os elementos necessarios para falar um pouco do passado do Luso.

O trabalho referido, constitue a Têse de Doutoramento na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, do seu illustre auctor.

Os Capitulos desta Têse, intitulam-se: Historia — Climatologia — Climatoterapia — Crenoterapia e Higiene.

No capitulo «Historia», encontrei o necessario para alguma coisa dizer sobre o principal elemento de vida do Luso: as suas aguas tão conhecidas.

As referencias que vou fazer, foram portanto colhidas no mesmo capitulo.

O Dr. Costa Simões, lente da Universidade de Coimbra, no seu livro «NOTÍCIAS DOS BANHOS DO LUSO» publicado em 1859, cita o «Aquilegio Medicinal» escrito em 1725 pelo Dr. Francisco da Fonseca Henriques, que diz que é conhecido o sitio do Luso pelos «BANHOS» e «CALDAS», mas que na época desta sua obra (1726) não eram as mesmas aguas usadas como remedio.

O professor Dr. Costa Simões, descreve a investiga-

ção feita sobre a antiguidade dos banhos do Luso, e pela sua descrição chega-se á conclusão que não existiam no tempo dos Romanos por nascerem as aguas em rocha, sendo portanto impossivel estarem soterrados quaesquer indicios de edificios de banhos, e á superficie que não existiam.

Não se recordou porem o Dr. Costa Simões que os edificios ali existentes hoje, são construidos sobre a rocha e que se amanhã forem abandonados e por fim destruidos, fica outra vez a rocha sem qualquer indicio se não lhe tiverem aberto quaesquer fossos para os alieceres.

Emfim, não queremos pensar no assunto porque o nosso fim no presente estudo não é esse. Basta-nos a declaração do Dr. Francisco da Fonseca Henriques que em 1726 ouvia chamar aqueles sitios «BANHOS» e «CALDAS», sem que na ocasião o fossem, o que demonstra que estas referencias vinham de longa data, e mesmo bastava-nos a forma como essas aguas agora são utilizadas o que constitue a base fundamental da vida comercial e industrial do Luso.

O Dr. Costa Simões no seu trabalho de 1859, diz que num inventario de 1062, do Mosteiro da Vacarissa, já vem mencionada a povoação do Luso e outras ainda por ali conhecidas.

É portanto de grande antiguidade, tem um grande desenvolvimento, será no futuro uma grande estancia de banhos e de repouso, tem excepcionais condições para isso, bastando estar ali ao lado da frondosa e mundialmente conhecida Serra do Bussaco.

O Sr. Dr. José Troncho de Mello, como Presidente da Junta de Freguesia, veio á Associação dos Archeologos Portuguezes, pedir que lhe estudem um brazão para o Luso, tendo escrito na propria Associação o seguinte officio:

JUNTA DA FREGUESIA DO LUSO — Ex.^{ma} Sr. Presidente da Associação dos Archeologos Portuguezes — Lisboa. — Tendo esta Junta o maximo empenho em crear a simbologia da freguesia com uma bandeira e escudo, e estando a prestante e patriótica Associação a que V. Ex.^a Preside sempre disposta a orientar estas iniciativas, vem solicitar da Instituição a que V. Ex.^a Preside, os esclarecimentos e indicações que julgue convenientes confessando-se, por isso, desde já, muito reconhecida esta Junta. Saude e Fraternidade. — Lisboa, 25 de Abril de 1923. O Presidente da Junta da Freguesia do Luso. — José Troncho de Mello.

Mais tarde e então com selo em branco, foi na mesma Associação recebido o seguinte officio:

Sala das sessões da Junta da Freguesia do Luso, 29 de Junho de 1923. — Livro n.º 2 — Officio n.º 31. Ex.^{ma} Associação dos Archeologos Portuguezes. Lisboa. — Como principio de educação civica e meio de desenvolver e radicar o amor á terra, resolveu esta Junta criar a simbologia da Freguesia, tendo a sua bandeira com as cores e o escudo adequados, escudo que servirá de timbre aos documentos officiais e como a valiosa e prestante instituição patriótica que é a Associação dos Archeologos Portuguezes e a entidade que mais doutamente nos poderá fornecer os elementos necessarios á realização de tão patriótico intento, temos a honra de solicitar de V. Ex.^a as

instruções precisas para com a maior brevidade realisarmos o que nos propomos. Com os nossos agradecimentos desejamos Saude e Fraternidade. O Presidente (a) *José Troncho de Melto*.

Este officio traz um selo em branco tendo ao centro o escudo nacional. É o mesmo erro que por toda a parte se nota. As administrações locais são autonomas, são absolutamente independentes, devem ter o seu sim-



Sello do Luso segundo este parecer

bolo especial, nada tem com o emblema que caracteriza o poder central e portanto a nação.

O escudo nacional só serve para caracterisar o Estado em si, a Nação, o poder central.

Mesmo o uso que há em Portugal da bandeira nacional, denota um grande abuso da parte do publico e um lastimavel desprezo pela parte dos poderes publicos que tal permitem.

Qual é o Paiz do Mundo onde se vê empregar em tudo o escudo nacional como em Portugal?

Aqui, qualquer pessoa compra uma bandeira com o escudo nacional e içá-a no primeiro mastro que lhe apetece.

Em qualquer outro paiz, poderá em certas circunstancias usar-se a bandeira nacional, mas sem o escudo, a bandeira com o escudo é içada nos edificios do Estado, nos Quartéis, nos Navios de Guerra e é usada pelas formações militares.

Não ha em Portugal a noção das proporções de respeito e consideração pelo emblema nacional que afinal pela forma como é tão vulgarmente usado, perde em prestigio e principalmente em respeito.

Uma bandeira com o emblema nacional deve ser olhada com uma tal veneração que seja considerada incomparavel.

Assim sucede com as bandeiras e emblemas que caracterisam as cidades e as vilas e até as povoações. Longe da patria, olha-se a bandeira e o brazão da nossa terra, como se olha o retrato do ente mais querido que está longe ou que morreu.

Emfim, a pouco e pouco, vamos tentando pôr as coisas no seu logar começando pelo principio. Trate-mos das bandeiras locais por agora.

Temos portanto como acima expuz, que o Luso já é conhecido desde o seculo XI o que me fez desistir de ir procurar nas doações dos Reis da primeira dinastia, se aquelas paragens teriam sido dadas a alguns povoadores de origem estrangeira que lhe puzessem aquele nome como recordação da sua terra natal.

Em todo o caso, encontro em França duas povoações com o nome «LUZE» e trez com o nome «LUZY».

O Luso portuguez, está na vertente Oeste da Serra do Bussaco.

Não se dá porem com a designação «BUSSACO» o mesmo que se dá com a do «LUSO».

Uma das muitas ramificações da Serra da Estrella, tem 18 kilometros e vem acabar ao pé do Luso.

Este e outro ramo da Serra da Estrella, chamavam-se no tempo dos Arabes as serras de «ALCOBA», hoje, um chama-se a Serra de Besteiros e outro a Serra do Bussaco.

O Bussaco, o ponto onde está o Convento, ou seja o extremo da serra do mesmo nome, é dos sitios mais apraziveis de Portugal e como de ha muito interessa pelas suas excepcionais qualidades de beleza, tem sido motivo do estudo de varios amadores de invenções de lendas.

O Bussaco tem sido muito infeliz a este respeito e assim, ou dizem que o nome é proveniente dum criminoso que ali existiu escondido, negro de raça e que era



Bandeira do Luso com as cores indicadas heraldicamente

buçal. De Buçal a Bussaco como se está vendo é um instante.

Outros dizem que havia ali frades desterrados com regimen penitenciario, trazendo um sacco enfiado na cabeça, não lhes sendo permitido falar uns com os outros. Não diziam nem tus, nem bus, ora bus com o sacco

que traziam na cabeça, temos a origem do nome Bussaco.

Ainda ha quem diga que vem de Sublaco em memoria da gruta de Sublaco onde S. Bento fazia penitencia e como ali tivesse havido beneditinos, lá tinham a razão.

Emfim, sobre a origem ou etimologia do nome de Bussaco, faço como Pinho Leal; quem quizer conhecer as variadas lendas, dirija-se á Chronica dos Carmelitas

Montes de Grijó que lhe ficam a 90 kilometros e até uma vasta extensão da costa do mar e o oceano.

Teve o Bussaco um Convento de Carmelitas Descalços o qual era conhecido pelo Convento do Deserto. Foi D. João Manuel de Mello, Bispo de Coimbra e Arcebispo de Lisboa, que doou este Convento aos Carmelitas.

A primeira missa deste convento foi dita a 28 de Fevereiro de 1629 na sala da Biblioteca por ainda não



Bandeira e armas do Lusó

Descalços, livro 4.º, Capitulo 13.º e verá o estendal complicado e detalhado que lá existe.

A vista do Bussaco é das mais belas que existe em Portugal. Atinge distancias enormes vendo-se quasi todo o paiz.

Avista-se toda a Serra da Estrela e a de Castelo Rodrigo que lhe fica a 180 kilometros. A Serra de Minde e até a de Marvão que lhe fica a 240 kilometros. Os

estar nesta ocasião construida a Egreja que ainda hoje lá se conserva.

Um grande hotel que ali existe de estrondosa architectura, apesar da serra ter apenas 18 kilometros, foi construido mesmo em cima do interessante convento, destruindo-lhe parte.

Como este Convento era da Ordem do Carmo, tinha em varios pontos um grupo de trez escudos como se

vê por exemplo, por cima do Arco do Cruzeiro das ruínas do Convento do Carmo de Lisboa, onde está instalado o Museu Archeologico e a Associação dos Archeologos Portuguezes a que temos a honra de pertencer.

No Bussaco era o grupo dos trez brazões composto pelos escudos de Portugal, da Ordem do Carmo e do Fundador que era o Bispo D. João Manuel de Mello, encimados pela corôa Real.

Na igreja do Carmo de Lisboa, compõe-se o grupo que lá está, pelos escudos de Portugal, da Ordem do Carmo e do Fundador que era D. Nuno Alvares Pereira, encimados pela Corôa Real.

Pois a baixela do Hotel do Bussaco, tem em todas as peças o mesmo grupo dos trez escudos que estão no pequeno convento, encimados pela Corôa Real.

Está muito bem, o peor é que não deve ser.

O Bussaco tem grande parte na historia moderna de Portugal pois que de 25 a 27 de Setembro de 1810, foi o Exercito Francez sob o Comando do General Massena ali vencido pelo Exercito Portuguez com os seus aliados, sob o comando de Wellington.

Em 27 de Setembro de 1873 foi ali inaugurado um monumento que lá existe, comemorativo desta decisiva batalha quando da invasão franceza.

Resta-nos procurar a origem do Bussaco e como não nos servem as lendas referidas, tentamos ir á grande fonte de grande numero de origens de nomes de terras portuguezas.

Vieram-nos de França, muitos dos nomes que as nossas terras teem, por terem vindo grupos de franceses povoarem os nossos territorios quando a primeira Dinastia creou Portugal.

A' povoação que construíam em Portugal, punham o nome da sua terra natal. Foi um uso muito empregado e a que me tenho referido por vezes em estudos identicos e entre os exemplos que cito, lembro que quasi todas as Cidades e principais Vilas Portuguêsas, teem o seu nome repetido uma e mais vezes no Brazil e até na America do Norte ha varias Lisboas.

Ora assim como os nomes eram dados ás terras, tambem o eram aos sitios e aos objectos pelo que temos a origem de muitos nomes portuguezes no Provençal.

Em França ha com as variantes do Boussac e Bussac, oito povoações.

Nos Baixos Pyreineus, ha Pussac e Pussacou. Em Portugal tambem ha a aldeia de Possacos na freguezia de Valpassos.

E ainda em nomes de Familias, encontram-se em França : Boussac, Bouzac, Bussacum, etc.

Mas o que mais nie impressionou nesta investigação de nomes parecidos com Bussaco, foi a palavra Busac, nome de uma das muitas familias de aguias de grandes alturas e com uma vista de um alcance colossal.

Vejamos o monte do Bussaco, que enorme altura e que vista extensissima que tem.

Foi no Dicionario Provençal que encontrei este grande elemento por indicação do distinto heraldista G. L. dos Santos Ferreira.

Como desprezar tamanha circumstancia ?

Mas, mesmo que não queiramos afirmar que o actual nome Bussaco, da antiga serra da Alcoba, seja posto por provençaes, ou por ali viverem as aguias da familia Busac, ou pela analogia da altura e da vista, heraldicamente é que poderíamos representar o Bussaco por uma aguia suspensa na altura, voando.

O Brazão do Luso não deve deixar de conter qualquer peça alusiva ao Bussaco, visto que este importantissimo ponto de Portugal lhe pertence.

A figura Heraldica representativa do Luzo, é facil de achar, basta ver os brazões das terras que são notaveis pela abundancia ou qualidade das suas aguas.

Em Portugal, nos sitios onde a agua é rara, como no Alemtejo vemos representados nos brasões : por tanques, a abundancia da agua em Estremoz e por chafarizes repuchando em Alter do Chão e Saborosa.

Na heraldica Franceza, a heraldica que dá leis ao mundo, encontro o Brazão de Fontenay-le-conte que tem apenas um chafariz repuchando agua, por nesta importante cidade comercial e industrial do departamento de Vendée, existir uma fonte de agua ferruginosa.

Que mais queremos para constituir o Brazão do Luso ?

— *De azul uma fonte d'ouro repuchando de prata. Em chefe uma aguia de negro voando. Coroa Mural de tres torres de prata.*

A bandeira amarela, visto ser de ouro a peça principal do brazão.



A Beata Beatriz da Silva

SUBSIDIOS ICONOGRAFICOS

Comunicação feita pelo Conde de São Payo (D. Antonio), á Associação dos Archeologos Portugueses em sessão publica efectuada em 20 de Janeiro de 1928.

E' boa terra, Campo Maior, rica, espaçosa, e lavada de ares. O seu termo é risonho e fértil, e cria trigo, cevada, legumes, azeite e fruta com abundancia. Cingem-na, em parte, as muralhas angulosas das fortificações setecentistas, e coroam-na, para maior respeito, as torres venerandas do seu castelo medieval. É que é terra antiga, Campo Maior, e rica de tradições. Os romanos parece que não estão inocentes da sua fundação, se é que a não acharam já fundada, e os mouros a possuíram, até que na era de 1219, que é ano de Christo Senhor Nosso de 1181, os Peres de Badajoz, lha ganharam, segundo informa o P.^o Carvalho da Costa.

Teve familias illustres, com casas nobres e limpas, dos apelidos de Vazes, Galvões, Mexias, Sequeiras, Gamas, Castelos, Cayolas e outros, que á republica deram varões insignes assim nas letras como nas armas; lembram-nos ao calhar Martinho Afonso Mexia, primeiro bispo de Vizeu, depois de Coimbra, e Vice-Rei deste Reino; Bartolomeu Rodrigues o *Blandim Marte Portuguez*; D. Manuel de Menezes, grande cultor das letras, *et reliquae*.

Talvez porem, dentre toda esta bela constelação de homens e familias, avulte, pela sua aura heroica e cavalheiresca, tocada de paixão e de misticismo, a dos Silvas, seus alcaides e capitães mores: aura tão grande que não cabendo já nos moldes rígidos da severa critica historica, se evolou para o ninbo dourado da lenda: aura tão brilhante, que emquanto os outros nomes se encerraram um tanto no campo safo da erudição, destes alguns vivem ainda na memoria popular, que os procura tornar tangiveis em reliquias que diz possuir. É Rui Gomes da Silva, o primeiro alcaide-mór, dos desta geração, heroi de Ceuta e Tanger, a quem não bastando para gloria os testemunhos documentais nas referencias de Azurara, Duarte Nunes de Leão, D. Agostinho Manuel, e Manuel Soeiro, é incluído nesse poema de cavalaria dos *Doze d'Inglaterra*. É João da Silva de Menezes, cavaleiro d'Africa tambem, trocando o arnez pela estamenha, o cinturão pela corda nodosa dos frades menores, o seu nome heraldico pelo de simples Amadeu, a quem não bastou a aureola da santidade mas houve de se lhe compor uma paixão de amor, louco desvairamento que alava a sua imaginação acima das nuvens onde os girifaltes adejam,

perdição que lhe atirou o corpo para uma cela e a alma ás culminancias da beatitude.

É Beatriz da Silva, de tão peregrina formosura que deslumbrou a galharda corte castelhana, ingenua victima duma perfida rival, que aborrecendo o mundo se acolhe ao claustro, e véla para sempre o rosto que lhe carregara tão amargos desganhos: modelo de vida de contemplação, a alma absorta na ante visão beatifica de Deus, a quem não bastando a pratica da mais acrisoiada caridade, e a fundação por cima de grandes obstaculos de um monumento que ainda hoje perdura — a Ordem da Imaculada Conceição — dela se contam visões celestiais, visitas angelicas, prodigios miraculosos.

Formosos e apaixonados, misticos e heroicos eram, assim, estes Silvas Menezes.

Estes não precisam que penas doutas os venham lembrar ao bom povo de Campo-Maior. Vivem na tradição. Quem fala deles? Nem este nem aquele: falam todos. Quem lhes falou neles? Não foi o visinho, nem o padre, nem o doutor: foram já os antigos.

E para que precisam eles de mais? Não teem mesmo ali, oposto ao bairro moderno de casas novas em tijolo e cimento armado, á matriz setecentista, e a S. João, baroco, o seu velho bairro *do fidalgo*, aconchegado á sombra protetora das velhas torres do seu antigo castelo? Não teem eles ali neste seu velho bairro a propria casa *do fidalgo*?

Não se chama a filha do seu actual dono Beatriz, o irmão Amadeu? Não encontrou ele nas obras que fez um papel que contava tudo? Não mostravam os antigos priores na Senhora da Expectação, a pia baptismal onde se fizeram cristãos estes dois santinhos? Se até cá está na Misericórdia o seu retrato na figura de Nossa Senhora!

O retrato de Beatriz da Silva!? Quem lho disse? — Diz-se.

Conta-se então ser tradição ter resolvido um dia, o poderoso alcaide-mor D. Rui Gomes da Silva, mandar fazer um quadro da Virgem para o altar duma das suas capelas. Para este fim contratou um pintor italiano de grande merito e renome. O artista procurava um modelo para servir a imagem da Mãe de Deus, quando ao ver D. Beatriz da Silva, sentiu uma impressão tão profunda que pediu ao alcaide-mor licença de reproduzir na tela as feições da filha, porque não poderia inspirar-se melhor para traduzir os encantos de Nossa Senhora.

Desvanecido e orgulhoso no seu amor paterno, deferiu o fidalgo a petição, mas Beatriz, na sua angelica

humildade, considerou uma irreverencia servir de modelo à imagem da Mãe divina. Não querendo porem desobedecer à severa autoridade paterna, achou comtudo um meio de manifestar o seu protesto, e cerrou os olhos enquanto o pintor reproduzia a beleza das suas feições. Daqui resultou ficar a Virgem com os olhos quasi velados.

Este o quadro, que a titulo de curiosidade aqui reproduzimos, e é o apontado em Campo Maior como correspondente à lenda que, já vulgarizada em pequenas crônicas e noticias de jornal, possivelmente com alguma pequena variante, mais uma vez aqui deixamos relatada.

Mede atualmente 55 cm, por 75, devendo contudo ter medido inicialmente um pouco mais, pois o quadro sofreu um novo e mesquinho emolduramento que lhe cerceou um pouco as primitivas bordas. Possivelmente sofreu tambem por esta ocasião o restauro que se lhe nota pelas costas nos quatro pequenos remendos que lá se encontram, e é plausível que fosse tambem retocado, pois o colorido atual é pobre e revela uma certa ingenuidade, absolutamente incompatível com o primor do desenho.

Representa a virgem, de túnica vermelha e manto branco, sustendo o menino nos braços; este, estende uma cruz para um frade menor que a recebe, estando do lado oposto — o esquerdo — um outro religioso da mesma ordem, com as mãos stigmatizadas, em quem o menino se apoia. Ambos os frades estão aureolados.

Está atualmente na sacristia da igreja da misericórdia. De onde veio? Não se sabe, e é impossível parece averiguá-lo porque o cartório daquela instituição encontra-se hoje destruído. A sua injustabilidade a letra da tradição é comtudo uma evidencia que salta à vista da inexorável critica historica, armada da cronologia na mão. É evidente que para que o contrario se desse, necessario seria que estivessemos em frente não de uma tela mas sim de uma tábua, e não em presença duma evidente escola italiana porventura setecentista, mas sim em face de um primitivo. Basta lembrar que Beatriz da Silva deve ter nascido em 1424, e faleceu em 1490.

Um exame porem mais atento, desvanecidas as primeiras impressões, ou de desilusão de entusiasmada expectaviva, ou de triunfo pela confirmação de um justo septicismo, faz-nos cair na serena observação, e entre outros, um ponto nos impressiona sobremaneira: a harmonia da sua composição com o essencial da lenda.

Com efeito, nota-se no quadro a preocupação de fazer avultar a figura do virgem, em desproporção até com as duas figuras dos santos que a ladeiam, e o olhar é cerrado em demasia para as exigencias da composição.

Depois, enquanto as duas figuras lateraes são na sua maneira claramente setecentistas, a virgem e até o menino tem um sentimento diverso; dir-se-hia achar-se nas suas figuras, qualquer coisa de uma escola mais antiga: a altura da frente, o arqueado dos sobrolhos, o

desenho do nariz, a frieza e serenidade da expressão, e principalmente a execução das mãos, lembram um quê de primitivo, uma vaguissima remeniscencia dos primeiros mestres.

Ocorre-nos então ponderar, será tudo fabula?

Será lenda a tradição? patrinha concertada para encarecer a favor de uma impessoal corporação um pequeno quadro a que, apesar de tudo, pouco valor se tem ligado? Parece até, pelo que pudemos coligir, que o quadro esqueceu e só permaneceu a lenda, tendo sido apenas ultimamente que algumas pessoas ilustradas — destacando-se entre elas um distinto clinico — ligaram uma coisa à outra.

Não haverá na base deste alto castelo etereo que é toda a lenda, qualquer fundamento de verdade?

A lenda é muitas vezes a projecção no presente e aumentada pelo tempo, da imagem que verdadeiramente existe no passado. É uma longiqua remeniscencia a que se compõem os detalhes que se desvaneceram.

A tradição é a historia oral. Vive atravez dos séculos a vida forte dos factos de todos os dias. Se os pontos crescem à medida que os contos se relatam, nem por isso deixará de se encontrar a verdade no embrião que nos chegou tão desenvolvido.

Em primeiro logar.

Não foi precisamente uma simples *madona* que se quiz pintar no quadro em questão. Para isso, teria preferivelmente sido representada só, ou, quando muito, com o menino Jesus ao colo.

No quadro ha porem, alem deles, dois santos fraciscanos, o da esquerda stigmatizado, o da direita recebendo das mãos do menino, uma cruz. É este evidentemente o principal ator da scena, que deverá representar um passo da sua vida. O primeiro é certamente S. Francisco; os estigmas equivalem a ter o nome subscrito. O segundo, cremos ser o beato Amedeu, no século o enamorado João da Silva de Menezes, irmão da beata Beatriz. Com efeito, conta a sua crônica, que o desenganado fidalgo, iniciou a sua vida monastica por tomar o habito dos eremitas de S. Jeronimo no mosteiro de nossa Senhora do Guadalupe. No decorrer da sua vida foi admoestado porem diversas vezes por Nossa Senhora, S. Francisco, e Santo Antonio, para que tomasse o habito dos frades menores. Indeciso João da Silva sobre o valor a dar a tais visões, apareceu-lhe um dia, conta-o Salazar y Castro, encostado a D. Jeronimo Mascarenhas, e às crônicas da Ordem, «Christo Señor nuestro, com sua Santissima Madre, y el mismo Serafico Patriarca, le mandó ele Señor obedeciesse à Francisco». Conhecido o episodio, entendemos desnecessario insistir em mais razões para justificar a nossa opinião: a composição parece-nos suficientemente eloquente.

Em segundo logar.

Não se extinguiram com a morte de Rui Gomes da Silva, e a dispersão de seus filhos por Portugal, Italia e Castela, os Silvas em Campo Maior.

Por sua morte e de seu filho primogenito, Pedro, herdou a alcaidaria seu filho quarto, Afonso Teles de Menezes, a quem sucedeu seu filho, Rui Gomes da

cercanias, tanto que fundou um morgado denominado de *Xevora*, e ele e a sua prole fixaram nesta vila domicilio, tendo nela ocupado os logares da governança,



Quadro em tella existente na Misericordia de Campo Maior. (Mede 0m,75 x 0m,55)

Silva, e seguiu na sua descendencia primogenita; um filho segundo deste, de nome Antonio da Silva de Menezes, possuiu importantes bens em Campo Maior e

como foi André da Silva de Menezes, seu filho, provedor e fundador da Misericordia, Pedro da Silva, seu neto, capitão-mor da vila, e outros. Dele descendia

egualmente Estevam da Gama de Vasconcelos e Silva, padroeiro da capela-mor da igreja do convento franciscano de Santo Antonio, onde tinha seu jazigo com as suas armas, pai do brigadeiro Estevão da Gama Moura e Azevedo, o valente governador da praça que soube energeticamente resistir ao marquez de Bay quando do cerco que foi pôr áquela vila em 28 de Setembro de 1712. Foi este quem erigiu uma ermida junto da cortina da muralha da porta da Carreira, informamos o erudito redactor da noticia sobre Campo Maior inserta no *Diccionario Geografico*, da invocação de Jesus Maria José, para comodidade de sua familia, pois comunicava a sua casa com a tribuna da capela-mor.

Por ultimo: é singular a parecença da Virgem com os mais antigos retratos que se conhecessem de D. Beatriz; entre outros citaremos os existentes em Madrid e Toledo, este ultimo já publicado no jornal *Diario de Noticias*, de 18 de Agosto de 1926.

Ora destes dados, quasi com a espontaneidade da conclusão de um claro silgismo, não as saltam os seguintes quesitos? :

Não teria o painel vindo desta, ou daquela capela? Não teriam os seu fundadores querido fazer figurar nela seu beatificado antepassado, e aproveitado a figuração da virgem para nela fazer retratar a egualmente glorificada tia? Ter-se-hiam, para isto, servido de algum documento iconografico, porventura de um quadro contemporaneo? Ou, vice-versa, haver-se-hiam aproveitado deste documento para fazer figurar o irmão ao lado da irmã?

Tudo são perguntas, a que apenas nos responde o olhar velado da *madona*, como que a querer guardar nebuloso o misterio do painel.

Mas são hipoteses que não vemos razão de se regeitarem por inverosimeis, nem por contrarias á probabilidade.

Se alguém for mais feliz do que nós por achar para isso sérias bases... fará um bom serviço á historia e á arte.



Os Paineis atribuidos a Nuno Gonçalves

ELEMENTOS DE ESTUDO

A 1.ª REPRODUÇÃO FOTOGRAFICA DOS PAINEIS

NA primeira obra publicada sobre os Paineis, «O pintor Nuno Gonçalves», da autoria do sr. Dr. José de Figueiredo, Lisboa, 1910, vem a reprodução fotografica dos Paineis tal como estavam antes de serem tratados e restaurados pelo ilustre artista sr. Luciano Freire.

Estas reproduções, ou por mau material aplicado, ou emfim por alguma circumstancia que não conheço, não estão bem nitidas.

Há anos tendo conhecimento da existencia da publicação inglesa d'arte «The Burlington Magazine for Connoisseurs Illustrated & Published Monthly», ali encontrei dois interessantes trabalhos de dois grandes amigos de Portugal sobre os Paineis, um do falecido Visconde de Monserrate, Sir Herbert Cook, a paginas 232 do Volume XV, numero LXXVI. London, July, 1909. Outro do sr. Edgar Prestage a paginas 340 do Volume XVII, numero XC. London. September, 1910.

O Visconde de Monserrate falando com grande conhecimento, dos pintores portugueses antigos, tenta encobrir, não tanto como concerteza a sua grande modestia desejaria, que foi um dos grandes elementos para que os Paineis fossem devidamente apreciados. Mandando-os fotografar em 1906, inclue algumas dessas fotografias no trabalho referido que publicou e de que felizmente conservou provas.

O sr. Edgar Prestage, recorda como os paineis foram encontrados por varios escritores portugueses, desde que o grande pintor Columbano os viu pela primeira vez em 1882 e pediu para serem limpos e pendurados, seguindo detalhadamente o que se passou desde aquella data até á publicação do seu estudo que como já disse, foi em Setembro de 1910.

Analisa o sr. Edgar Prestage, o trabalho referido do sr. Dr. José de Figueiredo, louvando-o conjuntamente com o sr. Luciano Freire, resumindo n'uma breve noticia a historia dos paineis, a identificação das pessoas nelles retratadas, a acção de restauração, emfim nesse trabalho está tudo quanto sobre o assumpto se conhecia até 1910.

Pedi ao actual sr. Visconde de Monserrate que me permitisse a publicação das reproduções fotograficas dos paineis, feitas em 1906, para ficarem registadas n'uma publicação portuguesa, visto que umas só tinham

sido publicadas na citada Revista Inglesa e outras ainda se conservavam ineditas.

Passado um anno, vieram as provas fotograficas de Londres com permissão para as publicar, continuando eu neste meu desejo de fazer conhecer em Portugal tudo quanto sei que existe lá por fóra e nos diz respeito.

Como é muito bem sabido, as quatro abas dos dois quadros centraes, estavam, antes de restaurados pelo professor Luciano Freire, juntas duas a duas e até com pinturas ligando as figuras de forma a darem a impressão que de facto constituíam um só quadro.

Reproduzo-as exactamente assim, e para melhor confronto, reproduzo tambem ligadas as mesmas abas depois de restauradas.

A. D.



RETRATO DO INFANTE D. HENRIQUE

QUANDO em fins de 1912 encontrei a interessantissima «Planta de Ceuta» do seculo XVII, que publiquei em Março de 1913, e inclui no primeiro volume da «Historia e Genealogia». Lisboa. 1913, tomei conhecimento com a «Vida do Infante D. Henrique de Portugal apelidado o Navegador e seus resultados etc., etc.» por Richard Henry Major, traduzido do inglez por José Antonio Ferreira Brandão. Lisboa. 1876, ficando então conhecendo a existencia do retrato do referido Infante que illustra a Chronica do descobrimento e conquista da Guiné, por Gomes Eannes de Azurara, pergaminho existente na Bibliotheca de Paris, escrito em 1448 e completado em 1453.

Não é reprodução fotografica, a do referido retrato que vem na citada obra, portanto sujeita a modificação, pelo que planeei um dia obter uma fotografia directa do pergaminho, para incluír n'um estudo que fiz com o titulo «Infantes — subsidio para o estudo da origem d'esta familia», que afinal publiquei sem: a inclusão do retrato do Infante, no terceiro volume da «Historia e Genealogia». Lisboa. 1915.

Passados anos foi-me oferecido pelo ilustre escultor

Thomaz Costa um cliché fotografico do retrato do Infante iluminado na Chronica da Guiné.

Aproveito agora a ocasião para o publicar para co-



Retrato do Infante D. Henrique, antes dos Paineis restaurados

nhecimento d'aqueles estudiosos que só conhecem a sua existencia mas que ainda não tiveram a satisfação de o ver, e tambem para ficar junto às reproduções dos pai-



Retrato do Infante D. Henrique, depois dos Paineis restaurados

neis atribuidos a Nuno Gonçalves, antes e depois de restaurados.

A. D.



UM DOCUMENTO FABULOSO

LONGE de mim o intuito de entrar na discussão acalorada que tem havido sobre a identificação das pessoas que figuram na monumental obra d'arte que segundo a opinião do Director do Museu d'Arte Antiga, Sr. Dr. José de Figueiredo, foram pintados por Nuno Gonçalves.

Gostaria imenso que representassem uma homena-

gem ao Infante Santo, D. Fernando, filho do Rei D. João I e quando alguns estudiosos alvitram tal possibilidade, fiquei tão entusiasmado que até julguei que uma das tapeçarias de D. Afonso V, existentes actualmente em Pastrana, se referia tambem ao Infante Santo.

D'esta tapeçaria já não tenho hoje duvidas sobre o que contem, pois o Sr. Dr. Reynaldo dos Santos, disse e muito bem, que representava a occupação de Tanger. Agora sobre os paineis, continuo na duvida, pois o problema é de tal forma interessante que ha argumentos convincentes para que a figura central possa ter varias interpretações.

Da discussão travada entre alguns estudiosos, alguns amadores d'arte e bastantes curiosos sem bases, nasceram varias perguntas a que seria interessante apparecessem respostas, para emfim se liquidar a questão.

Milagrosamente appareceu um documento, exactamente no momento em que devia apparecer e exactamente com maravilhosas respostas a todas as perguntas. Para encurtar explicações, vejamos o que vem na primeira pagina do jornal «O Seculo» de 5 de Outubro de 1927:

Têm-se referido alguns jornais, em noticiario mais ou menos impreciso e dedutivo, á descoberta, nos arquivos da Biblioteca Nacional, de um segundo documento que elucidaria por completo a debatida questão dos paineis chamados de S. Vicente, e attribuidos a Nuno Gonçalves. Coube ainda essa descoberta ao sr. João Freire de Andrade, que ha tempo inseriu no *Seculo* um primeiro documento que vem reavivar a discussão em volta dos referidos paineis.

Em carta, devidamente fundamentada, envia-nos, agora, o sr. João Freire de Andrade o documento novo sobre que a indiscricção jornalística tem tecido variadas hipoteses e de que temos conhecimento há mais de 15 dias, se agora aludindo ao facto por nos havermos comprometido com o descobridor a não o fazer antes que opiniões autorizadas se pronunciassem sobre a sua indiscutivel autenticidade.

A absoluta falta de espaço impede-nos de publicar, hoje mesmo, a nova carta do sr. João Freire de Andrade e gravuras elucidativas da questão. De tal importancia consideramos, porém, o documento agora descoberto que nos não julgamos no direito de o demorar em nosso poder, sem lhe dar a publicidade que o seu significado, havido por definitivo, exige. Por isso o inserimos em seguida, reservando para o proximo numero d'*O Seculo* a documentação grafica correspondente:

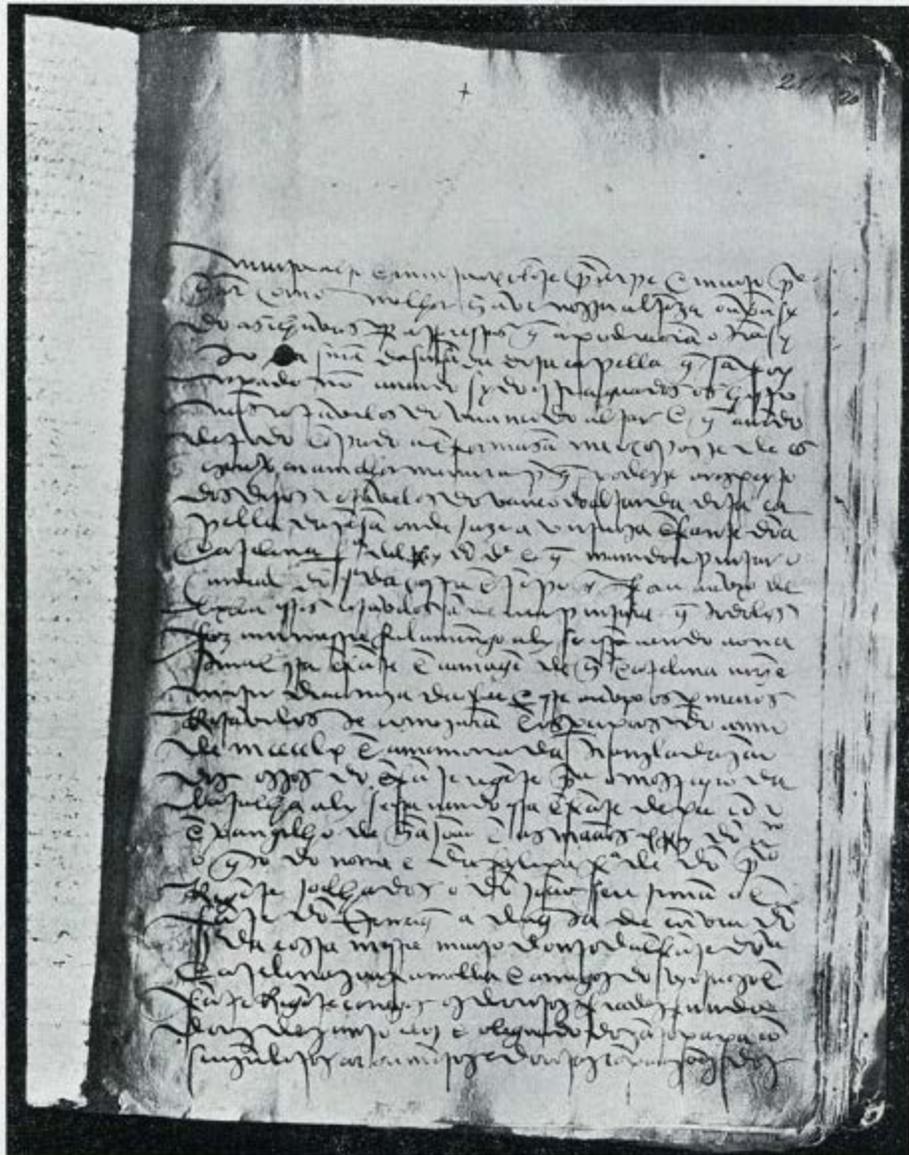
Muito alto e muito excelente principe e muito poderoso Senhor. Como melhor sabe vossa alteza, houveram sido as chuvas pelas frestas que apodreceram o transitio da Senhora da Assumpção, da dita capela, que já foi reparado, não havendo sido estragados os historicos retabulos do banco do altar, e que havendo de todo cumprido a enformação, me occupasse de os escrever na melhor maneira porque pudesse, a respeito dos ditos retabulos, do banco do altar, da dita capela da assumpção, onde jaz a virtuosa enfanta Dona Catarina filha de El Rey Dom Duarte, e que mandou pintar o Cardeal Dom Jorge da Costa em tempo que fora arcebispo de Lisboa. Estes retabulos são de rica pintura que todos fez um mestre flamengo. Ali se estão vendo ao natural, esta enfanta em a imagem de Santa Catarina, virgem e martyr diaconisa da fé, e este arcebispo. Os primeiros retabulos se começaram em os principios do ano de 1-160, em a memoria da transladação dos ossos do enfante, Regente para o mosteiro da Batalha. Ali se está vendo esta enfanta de pé com o evangelho de S. João nas mãos, El Rey D. Afonso, o quinto do nome, e Dona Filipa, filha de D. Pedro Regente, ajoelhados; o D. João seu irmão, o



Reprodução fotográfica da iluminura da crônica da Guilné de Agurara, existente na Bibliotheca de Paris

enfante D. Henrique, a duqueza de Coimbra, D. Jorge da Costa, mestre muito doudo da enfanta D. Catarina, sua familia e amigos do virtuoso enfante Regente; conegos, os douts frades fundadores de Santo Eloy e o legado do Santo Papa, com seus inclitos argumentos e douts comparações dos seus bons discursos. Os outros se fizeram depois da infauista morte desta boa en-

grandes devotos de Santa Catarina, o mui insigne e bom arcebispo D. Jorge da Costa e seu cabido, grande navegador Frey Gonçalo Velho, que segura a arte de marear, parentes de D. Jorge da Costa; os fundadores da irmandade de Santa Catarina de Ribamar, os bons pescadores e frades de sua invocação; o muito virtuoso e prudente enfante Regente, o conde de Faro, o duque



Frente da folha 219 do Codice 887 da secção dos Manuscritos da Bibliotheca Nacional

fanta representando um apelo dos Portugueses, para a Virgem Martir Santa Catarina do Monte de Sinay, por meio desta santa enfanta Dona Catarina, que aparece milagrosamente a agradecer a El Rey D. Afonso seu irmão, que está ajoelhado com D. Pedro, Rey de Aragão, este olha para a corda do milagre da Santa Virgem Martir, e que se encontra unida e firme como a fé dos Portugueses por esta Santa; em pé, o conde de Vila Rial e D. Lourenço Freyre, ayo de D. Pedro de Aragão, e seu filho Ruy,

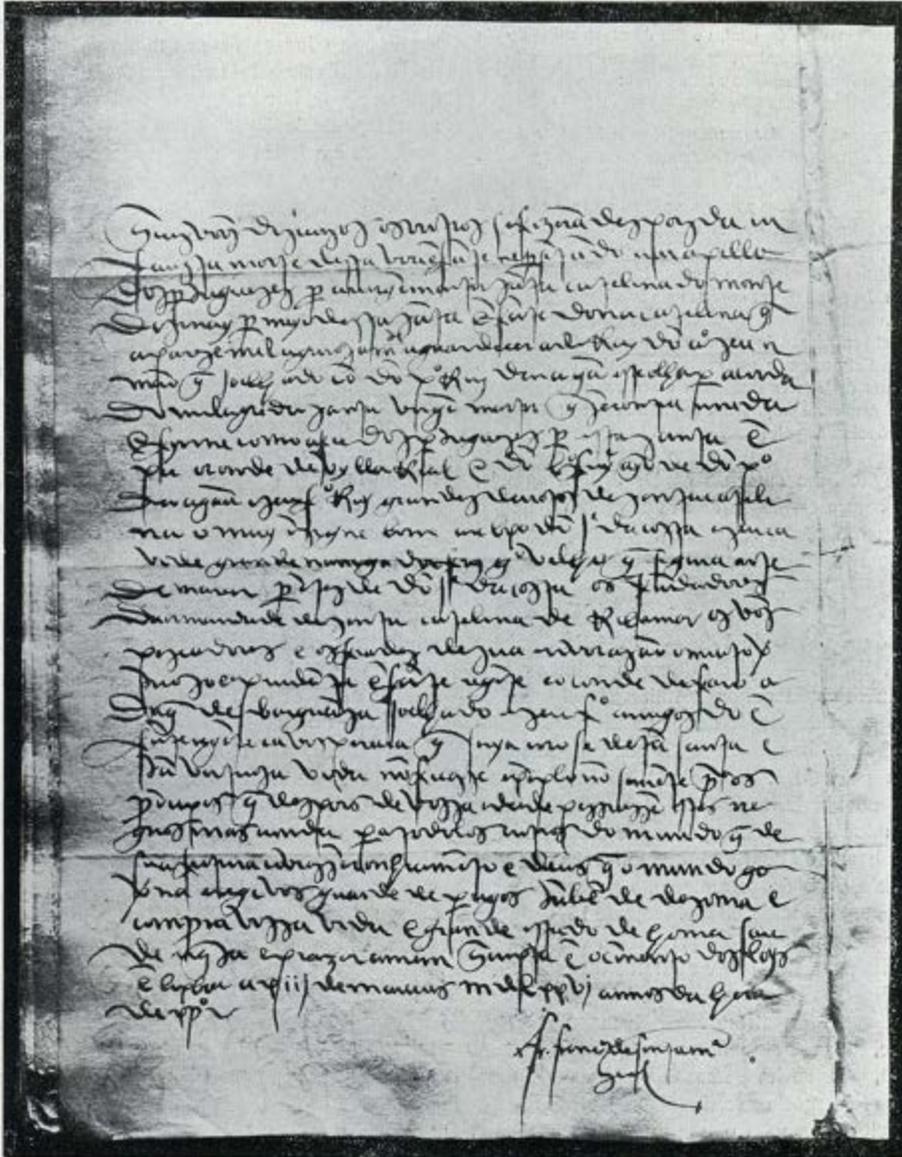
de Bragança ajoelhado e seu filho, amigos do enfante Regente. Cá vos parecia que seria erro, se de tão santa e tão virtuosa vida não ficasse exemplo, não sómente para os principes que depois de vossa idade possuissem estes reinos, mas ainda para todos os outros do mundo, que de sua feitura cobrassem conhecimento; e Deus que o mundo governa e rege vos guarde de perigos, tambem de desonra e compra vossa vida, e grande estado de honra, saude, riqueza e prazer, amen. Escrita em o

convento dos Loyos em Lisboa, a 13 de Março de 1576 anos da era de Christo. (a) Frey Francisco de Santa Maria. (Geral).

Quando na manhã de 5 de Outubro em Sintra, vi esta leitura do celebre documento, fui immediatamente ao Hotel Neto onde sabia que estava hospedado o

tal resolução permitiu que eu publicasse a carta que ficou esboçada na nossa conversa.

De facto no dia 6 entreguei a Sua^{za} Ex.^a a carta, em questão e no jornal «Diario de Noticias» de 7 vem o seguinte :



Verso da folha 219 do Códice 887 da Secção dos Manuscritos da Bibliotheca Nacional

Sr. Dr. Alfredo de Magalhães, Ministro da Instrução, a quem mostrei o jornal «O Seculo» e a quem pedi licença para lhe escrever uma carta alvitando a nomeação d'uma comissão para imediatamente estudar o assumpto.

O Sr. Dr. Alfredo de Magalhães achando necessaria

O *Diario de Noticias* foi o primeiro jornal que revelou ao publico a existencia dum documento, uma carta do Geral do convento dos Loyos ao Rei D. Sebastião, pela qual se demonstraria a verdadeira significação dos chamados paineis de S. Vicente. Em varios numeros demos alguns topicos dessê documento, supostamente descoberto pelo sr. João Freire de Andrade num códice da Bibliotheca Nacional. E no nosso numero de 4 do corrente publicámos, acompanhado

das gravuras dos painéis, um novo resumo da celebre carta, um resumo que já era quasi toda a carta, com a transcrição de algumas frases textuais.

Perguntaram alguns leitores qual a razão porque, tendo nós conseguido descobrir o documento, como o prova o facto de citarmos o códice e os números das paginas onde ele estava inserto, nos abstermos de o reproduzir integralmente.

A resposta é que, tendo nós folheado o códice, logo aos nossos olhos se desenhou um véu, do qual, no fim do nosso artigo do dia 4, não pudemos deixar de levantar uma pequenina ponta. Fechavamos nós esse artigo com este período intencional :

Como já dissemos, este documento (salvo a hipótese de ser falso...), resolve definitivamente a chamada questão dos painéis.

Que alguma razão tínhamos para, pela primeira vez, e antes que qualquer outro jornal o fizesse, admitir a hipótese de ser falso o documento supostamente descoberto pelo sr. João Freire de Andrade, vai o leitor avaliá-lo pelas cartas que em seguida publicamos.

A carta do sr. José de Bragança revela uma fraude grosseira, praticada com a agravante da mutilação dum códice valioso. A segunda carta, assinada pelo sr. Afonso de Dornelas, reclama a intervenção dos poderes publicos. Crêmos que ela deve fazer-se, e rigorosa e severa.

E agora sigam os leitores este novo e sensacional aspecto da questão, a que já com certa propriedade se poderá começar chamando o Angola e Metropole dos painéis. . .

Depois segue uma carta do sr. Dr. José Bragança, descrevendo com detalhes a sua suposição de que o mesmo documento não é verdadeiro.

Depois vem a minha carta nos seguintes termos :

Sintra, 6 de Outubro de 1926. — Ex.^{mo} Sr. Ministro da Instrução Publica. — É já do dominio publico o teor de um documento que occupa a folha 219 do Codice 887 do fundo geral da secção de manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa, documento que constitue uma carta dirigida pelo Geral dos Loios, Frei Francisco de Santa Maria, ao Rei D. Sebastião, descrevendo-lhe os painéis atribuidos a Nuno Gonçalves. Se o referido documento está bem lido conforme a publicação feita no jornal *O Seculo* de 5 do corrente, não parece ter sido de facto da data que indica, 13 de Março de 1576, dando portanto a impressão de que foi inventado, como tantos outros que tem aparecido sobre assuntos de capital importancia.

O caso dos painéis atribuidos a Nuno Gonçalves, constitue hoje, no meu entender, uma questão d'honra para Portugal, pois se ha pessoas da mais alta importancia pela sua categoria social, cujas opiniões e critérios tem direito a respeito e que insistem em que os painéis são de autor portuguez e representam S. Vicente e certas e determinadas figuras da nossa historia, outras passoaas ha de não menos valor scientifico e social que atribuem os mesmos painéis a autor estrangeiro, sem o determinarem, e que dizem representar Santa Catherina ou o Infante Santo ou ainda outros Santos, divergindo na classificação das pessoas que ali figuram.

Emquanto a discussão anda em volta de opiniões

ou criterios mais ou menos acalorados, o assunto tem uma feição inofensiva mas muito util pelos vastos conhecimentos que traz á luz e que educam, mas, desde que se inicia o caminho do aparecimento de documentos, muda o assunto de figura, pois que então pode ser atingida a honra d'aqueles que entram na questão com toda a lealdade e apenas defendendo, dentro dos limites da boa educação, o seu modo de vêr.

É absolutamente indispensavel, no meu entender, que se apure imediatamente se de facto o documento agora apparecido é verdadeiro ou falso.

Estão em férias as duas Instituições scientificas onde o caso tem sido tratado, a Academia das Sciencias e a Associação dos Archeologos, sendo portanto impossivel pedir a qualquer d'elas que interceda junto de V. Ex.^a, Ex.^{mo} Sr. Ministro da Instrução, para que tome as medidas necessarias e que o caso requer, razão porque venho perante V. Ex.^a pedir o seguinte :

— Que oficialmente, por meio de portaria, sejam nomeadas pessoas de reconhecido merito no assunto, para analisarem o mesmo documento e formularem um relatório que seja publicada no *Diario do Governo*.

No caso de ser verdadeiro, que se ponham as coisas no seu lugar.

No caso de ser falso que imediatamente seja o assunto entregue á policia sendo castigado o seu autor.—

Dos estudiosos que tem entrado na contenda, sou o de menor importancia pois apenas quiz ver num dos remendos das tapeçarias de D. Afonso V, um ponto de contacto com os painéis, no caso de se demonstrar que a figura central dos mesmos era o Infante Santo. Em todo o caso, desde que o documento referido me não dá a mim e naturalmente a outras pessoas a certeza de ser autentico, parece-me indispensavel não só para o estudo da arte em geral como para se manter intacta a honra d'aqueles que tendo entrado na contenda não concordando com a opinião de que a figura central é S. Vicente, que o caso se ponha a claro com a policia e com tudo o mais que seja necessario.

Ou o documento é do Geral dos Loios, Frei Francisco de Santa Maria e foi escrito em 13 de Março de 1576 ou é necessario que se descubra quem é o seu autor.

Parece-me que seria bem acolhido por todos os estudiosos de qualquer das facções, se para o referido exame fossem convidadas pessoas absolutamente intangiveis como por exemplo o Presidente da Academia das Sciencias, sr. Dr. José Maria Rodrigues; o Presidente da Associação dos Archeologos, sr. Dr. Luiz Xavier da Costa; o Director da Torre de Tombo, sr. Dr. Antonio Bayão; o Director da Biblioteca Nacional, sr. Dr. Pedro de Azevedo, ou, emfim, pessoas de categoria e envergadura identica, ainda com poderes para agregar a si quaisquer outras pessoas que julguem necessarias para o exame eficaz do documento.

Com elevada consideração me assigno. De V. Ex.^a At. Vnr. e Obgd. — *Afonso de Dornellas*.

O sr. Dr. Alfredo de Magalhães concordando com o meu alvitre resolveu publicar a seguinte portaria no *Diario do Governo* n.º 229, 2.ª serie de 11 do mesmo mez de Outubro :

Direcção Geral do Ensino Superior — 1.ª Repartição — Tendo-se suscitado duvidas acerca da autenticidade dos documentos ultimamente encontrados na Biblioteca Nacional de Lisboa e relativos á identificação das personagens que figuram nos paineis de Nuno Gonçalves : manda o Governo da Republica Portuguesa, pelo Ministro da Instrução Publica, que seja nomeada uma comissão, composta pelo Dr. José Maria Rodrigues, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Dr. Pedro Augusto de S. Bartolomeu Azevedo, director interino da Biblioteca Nacional de Lisboa, e Dr. Antonio Baião, director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que fica incumbida de estudar a autenticidade dos referidos documentos, sob o ponto de vista diplomatico, paleográfico e historico, com os poderes de agregar as pessoas que julgarem necessarias para maior rigôr da sua investigação. Paços do Governo da Republica, 8 de Outubro de 1927. — O Ministro da Instrução Publica, *José Alfredo Mendes de Magalhães*.

Reuniu esta illustre Comissão tendo resolvido solicitar um exame minucioso ao papel e tinta com que está escrito o fabuloso documento, pelo que se encontra actualmente nas competentissimas mãos do sr. Dr. Azevedo Neves.

Aguardemos portanto a respectiva sentença.

A. D.



BIBLIOGRAFIA

ELEMENTOS COLIGIDOS POR ALBINO LAPA
ATÉ FEVEREIRO DE 1928

AVISO AO LEITOR

ENTRE as innumeradas questões que teem interessado o nosso mundo litterario e artistico — *Bom senso e bom gosto, Eu e o clero, A Questão da sebenta*, etc. — a *Questão dos Paineis* é das mais famigeradas, das que tem feito correr mais tinta, despertado maior interesse, accendido mais violentas paixões. Propuzemo-nos hoje dar noticia dos mais importantes escriptos que a ella se referem e muito conseguimos reunir, mas não temos a vaidade de ter feito obra completa porque isso seria impossivel.

Em bibliografia, mesmo na obra mais perfeita e acabada, ha sempre lacunas que só o acaso e o tempo se encarregam de preencher. Quantos artigos em jornaes, quantos echos em revistas, quanta referencia perdida! Todavia a grande e grossa parte aqui fica, alicerce para

quem venha depois, pois que a questão não terminou nem terminará tão cedo. O nosso trabalho é futil e incompleto é certo, mas elle encontrará nos espiritos que se interessam por estas coisas indulgencia e gratidão.

HISTORIA DA QUESTÃO

Foi em 1882, que o pintor Columbano, sua irmã, D. Maria Augusta Bordalo e ainda o sr. Alberto Henriques d'Oliveira viram os quadros, numa visita que casualmente fizeram ao Paço do Patriarca (S. Vicente).

Os quadros n'essa altura serviam de mesa de refeição aos operarios que então ali trabalhavam.

Columbano na rapida analise que lhes fez, reconheceu o retrato do Infante de Sagres.

Um ano depois, Monsenhor Alfredo Elviro dos Santos, chama a si a prioridade da descoberta dos quadros — e tendo sido nomeado Secretario do Cardeal Patriarca D. José III, manda-os limpar e colocar no corredor do 3.º pavimento do mesmo edificio.

Encontravam-se n'uma casa escura do corredor do 1.º andar do edificio de S. Vicente de Fóra, onde hoje estão instaladas as repartições de Finanças do 1.º e 2.º bairro de Lisboa, quando se seguiram as visitas do Visconde de Castilho, Julio Mardel, Arcebispo de Mitylene, (em 1895) de José Veloso Salgado e D. José Pessanha, que chamaram a atenção da Academia Real das Belas Artes de Lisboa, chegando a fazer varias propostas, tendentes a melhorar a sua colocação.

No mesmo ano ainda, foram eles admirados por Ramalho Ortigão, José Queiroz e Joaquim de Vasconcelos, que no jornal do «Comercio do Porto,» a 27 e 28 de Julho, relata como descobriu os quadros, attribuindo aquellas pinturas ao seculo XV, e identificando como principal figura o Infante D. Henrique, e descobrindo n'elles as personagens de D. Afonso V, sua mulher a Rainha D. Izabel, os Condes de Barcelos e Arraiolos, disendo o mesmo escritor, que os quadros provinham do Paço Régio, talvez da Alcaçova, e serem do pincel de um dos muitos portugueses que acompanharam a Duquesa de Borgonha, filha de D. João I, a Flandres, classificando os quadros de quatro, opinião esta perfillhada por Monsenhor Elviro.

Em 1905, a 4 de Dezembro, Monsenhor Elviro dos Santos, escreve uma carta no «Diario de Noticias,» reclamando a prioridade da descoberta, disendo que fóra ele em 1883, a primeira pessoa que encontrou os quadros, e que no ano de 1893, quando deixara o cargo de Secretario de D. José III, os deixara no mesmo sitio, em que mais tarde foram encontrados.

Sir Herbert Cook, Visconde de Monserrate, critico d'arte inglez, quando em 1906 visitou o nosso paiz, fotografou-os.

Depois de serem vistos pelo dr. José de Figueiredo e pelo pintor Luciano Freire, foram em 1909 retirados d'aquelle edificio e transportados para a Academia das Belas Artes, onde Luciano Freire, os retocou pela

segunda vez, pois já tinham sido restaurados alguns anos atraz e mesmo emoldurados de novo.

Para tal se conseguir, foi comunicado á Academia das Belas Artes, que o Conde de Oliveas e de Penha Longa, se prontificava a custear o restauro, sendo aceite esse alvitre pela Academia, pelo Cardeal Patriarca D. José III, Conselheiro Campos de Magalhães e o então Ministro da Fazenda, todos concordes com a proposta.

Depois de retocados e emoldurados, deram finalmente entrada no Museu de Arte Antiga.

Em 1910, o dr. José de Figueiredo, publica o livro relativo aos paineis, em que afirma serem seis quadros, pintados por Nuno Gonçalves, e que a figura principal é S. Vicente ; em 1917, Alfredo Leal afirma que a principal figura é D. Catarina; em 1925, o dr. José Saraiva, publica ainda outro livro, disendo que a principal figura é o Infante Santo.

Este novo trabalho literario originou grande celeuma nos meios artisticos, realisando-se por isso varias conferencias, originando polémicas jornalisticas e até mesmo scenas de pugilato.

Em 1926, Alfredo França publica a «Paneleida,» tragi-comedia em verso; em 1927, Armando Lassancy, publica no Arquivo Brazões e Genealogias, um novo estudo sobre os paineis, em que diz, que a principal figura é a Rainha D. Izabel, mulher de D. Afonso V, e finalmente em Agosto (1927) João Pita Morgado, descobre um documento na Biblioteca Nacional (Secção dos Reservados), desvendando o *misterio* dos Paineis, que acirra mais a questão, que então latente caminhava.

A famosa carta encontrada no codice 887, folhas 219, é attribuida a frei Francisco de Santa Maria, que a dirigiu a el-rei D. Sebastião. Conhecido o documento, José de Bragança, nos jornais de Lisboa, afirma que ele é falso, e logo requer ao Ministro da Instrução (dr. Alfredo Magalhães), que dê as suas providencias necessarias sobre o documento, assim como Afonso Dornelas noutra requerimento, solicita do mesmo titular da pasta da Instrução, a sua intervenção em face dos acontecimentos. O Ministro da Instrução manda nomear, por Portaria saída no Diario de Governo de 11 de Outubro, uma comissão composta pelos drs. José Maria Rodrigues, Antonio Baião e Pedro d'Azevedo, para estudar a autenticidade do documento descoberto.

A primeira reunião, foi secreta (18 de Outubro), acordando-se em que o descobridor do *celebre* documento (falso ou verdadeiro) fosse proibido de entrar na Biblioteca Nacional, em virtude de o mesmo ter dirigido um requerimento ao Ministro da Instrução

pedindo uma rigorosa sindicancia aos seus actos, (Ordem de serviço da mesma Biblioteca n.º 390) e assinada pelo Director interino dr. Pedro d'Azevedo).

No mez de Novembro saiu um outro livro de Henrique Loureiro, «O Poliptico do Convento de Santo Eloi,» em que é da opinião que a principal figura é D. Catarina.



Painel do Infante antes de restaurado

E a batalha continua, não se sabendo ainda se o famoso documento que está entregue ao Instituto de Medicina Legal, é falso ou verdadeiro, e anda em volta das figuras de S. Vicente, Infante Santo, D. Catarina, Sant'Iago Menor, D. Izabel, e serem eles pintados por Nuno Gonçalves, pintor portuguez, ou por algum pintor flamengo...

Este estudo bibliografico, divide-se em sete capitulos :
 Livros publicados.
 Revistas.
 Jornais.
 Humorismo.
 Em Livros e opusculos.
 Conferencias e Comunicações.



Painel do Infante depois de restauração

LIVROS PUBLICADOS

1910 — JOSÉ DE FIGUEIREDO — O pintor Nuno Gonçalves. Arte portuguesa primitiva. Lisboa. Tip. do Anuario Commercial. 158-2. pag. (ilustrado)—Tiraram-se d'esta edição dez exemplares em papel de Holanda, numerados e rubricados pelo autor.

1917 — ALFREDO LEAL — Os Paineis do Infante e a obra do sr. José de Figueiredo. Edição da Tipografia do Comercio e Industria. Lisboa, Rua de S. Bento, 24. 136 pag. (ilustrado).

1923 — AFONSO LOPES VIEIRA — Da reintegração dos primitivos portugueses. Lisboa. Tip. Libanio da Silva. 27 pag. (ilustrado). (Conferencia realisada no Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa).

1924 — AFONSO LOPES VIEIRA — A Poesia dos Paineis de S. Vicente. Lisboa. Tip. A Editora Limitada. 39-2 pag. (Conferencia realisada no Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa).

1925 — JOSÉ SARAIVA — Os Paineis do Infante Santo — 257 pag. (ilustrado). Acabou-se de imprimir este livro em Lisboa na vespera do Natal de MCMXXV. Composto e impresso na Tipografia Central Limitada (Leiria).

A 29 de Março de 1927. Ao autor dos «Paineis do Infante Santo», dr. José Saraiva, dão-lhe os amigos como homenagem um banquete que se realisou no Grande Hotel do Liz (Leiria). Ao champagne falaram os drs. Acacio Leitão, Correia Mateus, Afonso Zuquete, Antonio Manuel Gamito, Luiz José d'Oliveira e Narciso Costa.

1926 — JOSÉ ALMADA NEGREIROS — A questão dos Paineis — Historia do acaso de uma importante descoberta e do seu autor. — 22 de Março (folha solta).

A distribuição desta folha solta, originou uma scena de pugilato no sabado de aleluia (1926) entre José Almada Negreiros e José de Bragança.

1926 — ALFREDO FRANÇA — «Paineleida» — Tragi Comedia. Lisboa. Tip. Peninsular. (1926) 47 pag. (ilustrações de Francisco Valença e Alfredo Candido).

1926 — ANTONIO DE VASCONCELOS — «Duas cartas sobre indumentaria liturgica na iconografia medieval» (a proposito dos paineis de S. Vicente de Fóra). Separata da Revista Biblos, n.º 3 e 4 de Março e Abril — Vol II.

1927 — ARMANDO LASSANCY (Armando Souza Gomes) — A Rainha Fada — Breve noticia de uns famosos Paineis. Lisboa. Tip. do Comercio 29 pag. (ilustrado). (Separata do n.º 2 do Arquivo Brazões e Genealogias de que é director Frazão de Vasconcelos).

N'esta separata vem parte da entrevista concedida por Alberto Souto, ao «Democrata», de Aveiro, e transcrita no «Portugal» de Lisboa, de 14 de Março de 1927, com uma nota a abrir de Frazão de Vasconcelos.

1927 — HENRIQUE LOUREIRO — «O Poliptico do Convento de Santo Eloi». Lisboa. Tip. Convento dos Marianos 6, Rua Janelas Verdes. pag. 149-6 (ilustrado) — Desenvolvimento da conferencia feita na Associação dos Archeologos Portugueses em 25 de Fevereiro de 1926.

REVISTAS

— «THE BURLINGTON MAGAZINE» (Revista inglesa) Julho de 1909, publica um artigo firmado por Sir Herbert Cook (Visconde de Monserrate), critico d'arte, com as fotografias dos paineis, intitulado: Some Sarby Portuguese Paintings (algumas pinturas primitivas portuguesas).

— ALMA NOVA — N.º 1 — Lisboa 15 de março de 1926 — IV serie. «Os Paineis de São Vicente» (com ilustrações) por M. M. (Mateus Moreno).

— L'AMOUR DE L'ART — (revista francesa) artigo sobre o «pintor Nuno Gonçalves e os Paineis de S. Vicente», por Marcel Brion.

— BIBLOS — N.º 3 e 4 — Março e Abril de 1926 — Vol. II — pag. 117. Arqueologia — Duas cartas sobre indumentaria liturgica na iconografia medieval (a proposito dos paineis de S. Vicente de Fôra) I — Qual a veste ou insignia característica dos diaconos? — II — Poderá, na iconografia medieval, aparecer com o traje de diacono um santo martir, que não haja sido clérigo? por Antonio de Vasconcelos.

— BROTERIA — Fasciculo III e IV — Março e Abril — vol. IV, de 1927 — «O Infante Santo e a possibilidade do seu culto canónico — por Domingos Mauricio Gomes dos Santos.

— A CAÇA (ano XIII — n.º 7) — Artigo de Aires de Sá — «Frei Gonçalo Velho», que depois constituiu o comentario VI, de Frei Gonçalo Velho (New York, Paris, 1914.

— CONTEMPORANEA — (3.ª serie n.º 1-1926) Maio — Publica o esquema geometrico comprovativo da verdadeira disposição dos paineis, inspirado por José de Bragança e delineado pelo director da Contemporanea José Pacheco.

— ILUSTRAÇÃO — 2.º ano n.º 45 — Novembro de 1927 — «Uma mestificação? Na disputa dos celebres Paineis . . . surgiu um documento falso?» (Este artigo reproduz o documento encontrado na Biblioteca Nacional e o outro encontrado na Biblioteca de Braga por José de Bragança).

— ILUSTRAÇÃO MODERNA — Junho 1927 — Paineis Espirito Santo... por José de Figueiredo.

— LUZITANIA — Anunciada em Outubro de 1926, com um artigo de José de Figueiredo, que não chegou a publicar-se.

— MAGAZINE BERTRAND — 2.ª serie 1.º ano — n.º 1 Janeiro 1927. pag. 88 a 93, com 15 gravuras. Arte antiga — Os Paineis chamados de «S. Vicente» — Breves reflexões sobre o seu exame», por João Luiz da Fonseca.

— MAGAZINE BERTRAND — 2.ª serie. 1.º ano. N.º 10. Outubro 1927. pag. 30 a 40, com 8 gravuras. «A questão do momento. Nem S. Vicente nem Santa Catarina nem Infante Santo — Interpretações verdadeiras de figuras — Principe dos Paineis ditos de S. Vicente — por João Luiz da Fonseca.

— MAGAZINE BERTRAND — 2.ª serie. 1.º ano. N.º 11 — Novembro 1927. pag. 43 a 52 com 7 gravuras. «A ques-



Panel do Arcebispo antes de restaurado

tão do momento. Nem S. Vicente nem Santa Catarina nem Infante Santo — Interpretação verdadeira da figura principal dos paineis ditos de S. Vicente» por João Luiz da Fonseca.

— REVISTA DE PORTUGAL — Os paineis de S. Vicente por F. A. (com ilustrações).

— REVISTA SOL — N.º 2 de 21 de Julho de 1926 —

Os Painéis do Museu de Arte Antiga e a teimosia oficial — Os Painéis do Infante (com ilustrações).

— BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES (Tomo XII-5.ª serie-n.º 2) Abril a Junho de 1910 — Arte portuguesa primitiva — O pintor Nuno Gonçalves e os painéis de S. Vicente por D. José Pessanha. Devemos dizer que este artigo é uma sumula do livro do Dr. José de Figueiredo.



Painel do Arcebispo depois de restaurado

— BRAZÕES E GENEALOGIAS — Arquivo Historico Ilustrado III-VI-1927 — Francisco da Holanda e as tabuas atribuidas a Nuno Gonçalves por Armando Lassancy (Armando Sousa Gomes) e a Identificação duma Imagem de Santa Catarina por Armando Lassancy.

JORNAES

— BATALHA (SUPLEMENTO) — (Lisboa) —

1926 — 25 de Janeiro — Batalha suplemento semanal ilustrado n.º 113. Os painéis de S. Vicente e o livro de José Saraiva por Nogueira de Brito.

— CORREIO DA MANHÃ — (Rio de Janeiro) —

— 1926 — 11 de Março — Genus Irritabile Vatum — A questão dos Painéis, por Julio Dantas — (O autor deste artigo diz: E eu proprio que embora sem intervir no pleito, sou desde o principio um «vicentista», fiel. Este artigo veio transcrito em parte no «Diario da Tarde» de 24 de Março do mesmo ano).

1926 — ? Novembro — Um problema de pintura historica que apaixonou o publico e promete continuar, por Alfredo Candido.

1927 — 8 de Janeiro — A maneira de restaurar — Crimes de lesa-arte — O Museu de Arte Antiga, por Alfredo Candido.

1927 — 21 de Março — A Cronica do Infante Santo e Frei João Alvares, por A. C. 1927 — 10 de Agosto — As notaveis tapeçarias oferecidas ao Duque de Pastrana.

1927 — 5 de Setembro — Questão celebre que ressurge, acerca dos painéis do Infante, por A. C.

1927 — 14 de Outubro — A celebre questão dos Painéis — Os varios grupos e descoberta de... documentos falsos, por A. C.

1927 — 20 de Novembro — Cronica de Portugal. A celebre questão dos painéis e os varios grupos e a descoberta do documento falso. Divergencias ás identicas em França acerca da descoberta de Glosel, etc., por Alfredo Candido.

— CORREIO DA MANHÃ — (Lisboa) —

(?) — Agua vae! Astabuas, por João Fernandes (Antonio Carneiro).

1928 — 5 de Fevereiro — A questão dos painéis.

— CORREIO DO SUL — (Faro) —

1926 — 18 de Fevereiro — Noticias da capital — Meu caro Antonio Santos por José Dias Sancho.

O DEMOCRATA — (Aveiro) —

1927 — 12 de Março — Uma importante questão de arte que interessa a Aveiro — Nas pinturas do Museu Nacional desta cidade guarda-se um quadro do seculo XV que é um verdadeiro tesouro. O Retrato de Santa Joana, da nossa coleção de primitivos é, a meu ver, a chave do inigma dos Painéis de S. Vicente, diz-nos o dr. Alberto Souto.

— DEMOCRACIA DO SUL — (Povoa) —

1926 — 4 de Julho — Bons Dias — Os Painéis por Manuelinho J.º.

1926 — 7 de Julho — Tabuas antigas por Manuelinho J.^o.

— DIARIO DO GOVERNO —

1927 — 11 de Outubro — II serie n.º 229 — Direcção Geral do Ensino Superior — 1.ª Repartição — Tendo-se suscitado duvidas acerca da autenticidade dos documentos ultimamente encontrados na Biblioteca Nacional de Lisboa e relativos à identificação das personagens que figuram nos paineis de Nuno Gonçalves: manda o Governo da Republica Portuguesa, pelo Ministro da Instrução Publica, que seja nomeada uma comissão, composta pelo Dr. José Maria Rodrigues, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Dr. Pedro Augusto de S. Bartolomeu Azevedo, director interino da Biblioteca Nacional de Lisboa, e Dr. Antonio Baião, director do Arquivo Nacional da Torre de Tombo, que fica incumbida de estudar a autenticidade dos referidos documentos, sob o ponto de vista diplomatico, paleografico e historico, com os poderes de agregar as pessoas que julguem necessarias para rigor da sua investigação. — Paços do Governo da Republica, 8 de Outubro de 1927. — O Ministro da Instrução Publica, *José Alfredo Mendes de Magalhães*.

— DIARIO DE LISBOA — (Lisboa) —

1926 — 9 de Janeiro — Os Paineis de S. Vicente são ou não são de Nuno Gonçalves.

1926 — 11 de Janeiro — Os Paineis chamados de Nuno Gonçalves por A.

1926 — 23 de Janeiro — Uma questão de Arte — Os Paineis de Nuno Gonçalves — As fantasias de os investigadores e a competencia da critica que as acatou por Reinaldo dos Santos.

1926 — 26 de Janeiro — Uma questão d'Arte — Não é S. Vicente a figura principal dos Paineis por Vergilio Correia. (Este artigo foi em resposta ao publicado por Reinaldo dos Santos).

1926 — 28 de Janeiro — Opiniões Livres. Pagina de 5.ª feira — Os Paineis vistos pela minha ignorancia por Norberto d'Araujo.

1926 — 29 de Janeiro — O professor José Saraiva responde a Reinaldo dos Santos.

1926 — 29 de Janeiro — Os Imortais — A Academia das Sciencias e a discussão sobre os Paineis.

1926 — 30 de Janeiro — Uma questão d'Arte — O caso dos Paineis, fala-nos Matos Sequeira (resposta aos Imortais).

1926 — 2 de Março — Uma questão d'Arte — O pintor Nuno Gonçalves — Os paineis de S. Vicente — A querela dos paineis — As tabuas do mestre Nuno —

Os paineis das Janelas Verdes — O sr. Dr. José de Figueiredo — O sr. Dr. Reinaldo dos Santos — O sr. Dr. Jaime Cortesão — O sr. Cavalheiro por Acacio Leitão.

1927 — 29 de Agosto — Os Paineis de S. Vicente — Uma questão que ainda não se resolve mas antes pelo contrario por José de Bragança.

1927 — 31 de Agosto — Uma questão de Arte — O



Painel dos Frades antes de restaurado

Painel da Reliquia antes de restaurado

caso dos paineis de S. Vicente por Virgilio Correia.

1927 — 3 de Setembro — ...E continua... Os Paineis da Inclita geração aos pés do Infante Santo não podem ser de Santa Catarina por José de Bragança. (Este artigo é em resposta ao publicado no mesmo jornal a 31 de Agosto por Vergilio Correia).

1927 — 6 de Setembro — Será d'esta vez? O documento encontrado resolve o caso dos Paineis por João Pita de Andrade.

1927 — 8 de Setembro — Os Paineis por Norberto d'Araujo.

1927 — 12 de Setembro — Um problema de Arte — Prova-se que o discutido documento nada tem que ver

Pita de Andrade, que encontrou o documento relativo á identificação dos paineis, reserva a publicação da carta e o seu estudo e comentario, para uma revista de Artes e Letras que sairá em fins de Outubro (1927).

1927 — 7 de Outubro — Um caso de Arte — E' ou não falso o documento que resolve a questão dos paineis? por José de Bragança.

1927 — 7 de Outubro — Afonso de Dornellas diz que o documento é falso e pede a nomeação d'uma comissão para o estudar.

1927 — 8 de Outubro — A guerra dos Paineis-não sou vicentista-nem fernandista-nem catarinista por Vergilio Correia. (Esta é a resposta ao artigo publicado a 3 de Setembro de 1927).

1927 — 9 de Outubro — O que o frade veio fazer... no meio da questão dos paineis de S. Vicente ainda vae alguém parar ao Governo Civil. -- A seguir a este artigo, vem uma carta assignada por «detective amador» em que diz, depois do que apresentou o sr. Dr. José de Bragança, está o assunto mais na alçada de um detective do que dos criticos de arte e dos investigadores.

1927 — 10 de Outubro — Os celebres Paineis — Se o documento é falso o seu autor é parvo por Custodio José Vieira.

1927 — 12 de Outubro — 36 anos de desgraças são previstas grandes calamidades e cataclismos até ao ano de 1945 «por quem sabe».

1927 — 13 de Outubro — Paineis — A Custodio José Vieira responde Henrique Loureiro.

1927 — 14 de Outubro — E continua... Resposta á resposta de Henrique Loureiro sobre os paineis por Custodio José Vieira.

1928 — 4 de Fevereiro — Publica um eco na 1.ª pagina em que diz que o relatório do Instituto de Medicina Legal sobre a análise do documento dos Paineis, foi entregue á Comissão para dar o seu parecer.

— DIARIO DE NOTICIAS — (Lisboa)

— 1915 — 1 de Abril — Os Paineis de Nuno Gonçalves — Serão realmente do famoso pintor de D. Afonso V os tripticos que se encontram no Museu Nacional de Arte Antiga — por José Saraiva.

1915 — 15 de Abril — Os Paineis de S. Vicente — por Sousa Larcher.

1915 — 5 de Maio — Paineis de S. Vicente — critica da conferência do dr. Jaime Cortesão, realizada a 4 no Museu de Arte Antiga.

1926 — 1 de Janeiro — Os Paineis de S. Vicente — por Nuno Gonçalves. O sr. dr. José de Figueiredo elucida claramente este assunto.

1926 — 8 de Janeiro — Os celebres Paineis de S. Vi-



Painel dos Frades depois de restaurado

Painel da Reliquia depois de restaurado

com os paineis por José de Bragança.

1927 — 21 de Setembro — Um ponto final. Tomou agora um novo aspecto a questão dos nossos paineis com o documento — carta do Frade Loio (geral da Congregação dos Loios).

1927 — 22 de Setembro — Diz que sabe que João

cente, não foram pintados por Nuno Gonçalves nem representam o padroeiro de Lisboa? Uma nova interpretação das taboas do Museu de Arte Antiga—por José Saraiva.

1926—9 de Janeiro—Sobre os Paineis de S. Vicente considera errada as afirmações do dr. José Saraiva—por José de Figueiredo.

1926—23 de Janeiro—Os Paineis do Infante Santo—por José de Figueiredo.

1926—26 de Janeiro—Os Paineis de S. Vicente—por José Saraiva.

(Este artigo é em resposta ao que escreveu o dr. José de Figueiredo a 23).

1926—27 de Janeiro—O dr. José de Figueiredo responde ao dr. José Saraiva, mantendo integro o seu pensamento.

1926—14 de Fevereiro—Os meus Domingos—D'aqui a quinhentos anos—por André Brun—ilustrações de Alonso.

1926—18 de Fevereiro—A inclita geração nos Paineis do Museu Nacional de Arte Antiga. O mais emocionante e vivo testemunho de toda a nossa historia—Como um erro de interpretação occultou a verdade durante quinze anos—Os Paineis formam um grande poliptico de conjunto—por José de Bragança.

1926—20 de Fevereiro—Mais Tapeçarias de Pastrana referente a Portugal—A Tomada de Alcaçer Ceguer por D. Afonso V—por Afonso Dornelas.

O autor deste artigo, escreve sobre a ligação das Tapeçarias com os Paineis de S. Vicente e com a obra do dr. Reinaldo dos Santos.

1926—21 de Fevereiro—Monsenhor Elviro dos Santos, antigo Secretario do Cardeal Patriarca D. José III, e prior da freguezia de Santa Engracia, diz que foi elle á 43 anos, 1883, quem descobriu no corredor do Paço de S. Vicente os Paineis. Igual declaração vem a 12 de Outubro de 1927.

1926—22 de Fevereiro—Não demonstrou o sr. Afonso Dornelas definitivamente se a figura central dos paineis de S. Vicente era o Infante Santo, di-lo na conferencia em S. Carlos, promovida pelos Amigos do Museu e União Intellectual Portuguesa, (que se efectuou a 24) e afirma já que o famoso caixão do Infante Santo, que o sr. Afonso Dornelas descobriu numa Tapeçaria de Pastrana, é um grosseiro remendo a tapar um buraco, por Reinaldo dos Santos.

1926—23 de Fevereiro—As Tapeçarias de Pastrana, por Afonso de Dornelas.

1926—1 de Março—Paineis de S. Vicente—A data da sua factura atravez da armaria que neles figura, pelo dr. João Luiz da Fonseca.

1926—21 de Março—O dr. José de Bragança, esclarece varias afirmações contidas numa carta escrita delo pintor Almada Negreiros.

1927—23 de Abril—As taboas de Nuno Gonçalves—Uma nova interpretação engenhosa.

(Este artigo refere-se ás obras do dr. José de Figueiredo, dr. Joaquim de Vasconcelos, e aos estudos de Armando Lassaucy (Armando Sousa Gomes), que diz não tratar-se de S. Vicente, nem do Infante Santo, nem de Santa Catarina, nem de Sant'Iago Menor os



Painel dos Pescadores antes de restaurado

Painel dos Cavaleiros antes de restaurado

Paineis de Nuno Gonçalves mas sim d'uma evocação, misto de magia e de cristianismo da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V, na qual a filha de D. Pedro, o Regente, é representada de fada.

1927—21 de Setembro—O misterio dos Paineis—Confirma-se a noticia que este jornal ontem publicou—e diz que o trabalho do sr. João Freire de Andrade

inserindo o notavel documento deve ser em breve publicado.

1927 — 23 de Setembro — O documento encontrado por João Freire de Andrade, que resolve a questão dos paineis — só é publicado com um comentario que está fazendo. O mesmo jornal anuncia que Alfredo Leal na «Sintra Regional» se ocupará da carta do frade dos



Painel dos Pescadores depois de restaurado Painel dos Cavaleiros depois de restaurado

Loios encontrada pelo sr. João Freire de Andrade.

1927 — 4 de Outubro — Os Paineis do Convento de Santo Eloi e a identificação das figuras segundo a importantissima carta escrita em 1576 pelo Geral dos Loios ao Rei D. Sebastião (este artigo é ilustrado com os seis paineis).

1927 — 7 de Outubro — Uma fraude grosseira — O

Angola e Metropole dos Paineis — É falso o documento que o sr. João Freire de Andrade afirma ter descoberto num Codice da Biblioteca Nacional. Este mesmo jornal insere as representações enviadas ao Ministro da Instrucção (dr. Alfredo Magalhães) pelos srs. José de Bragança e Afonso de Dornelas, que pedem a nomeação duma Comissão para intervir sobre a documento encontrado. (O Diario do Governo de 11 insere uma portaria nomeando os srs. drs. José Maria Rodrigues, Antonio Baião e Pedro d'Azevedo, para se pronunciam acerca da autenticidade da carta do Geral dos Loios).

1927 — 8 de Outubro — Henrique Loureiro, diz que não foi ele quem encontrou o documento, nem tão pouco foi a 1.ª pessoa a vel-o mas sim a 4.ª, ao contrario do que afirma João Freire Morgado.

«Novas e interessantes observações sobre a suposta carta do Geral dos Loios» — por José de Bragança — N'este mesmo artigo é lembrado para serem nomeados para a Comissão os srs. drs. José Joaquim Nunes e José Leite de Vasconcelos.

1927 — 9 de Outubro — Disparates de historia e incongruencia de cronologia no falso documento intercalado no codice 887 — por José de Bragança.

O mesmo jornal insere a portaria saída no Diario do Governo de 8, em que é nomeada a Comissão para estudar a identificação do documento.

1927 — 10 de Outubro — «A Trapalhada dos Paineis — E as trapalhices do Sr. João Antonio Barbosa Pita Morgado, que quer ser Dom João Freire de Andrade».

O mesmo jornal insere uma carta de Henrique Loureiro em que desmente as afirmações feitas no Seculo de 7 pelo sr. Morgado — e uma outra carta de Francisco Ramos Coelho, que desafronta a memoria de seu pae, José Ramos Coelho, por dizerem que ele é que tinha intercalado o documento no codice do Padre Lavanha, e agradece a defeza feita pelo sr. dr. José de Bragança.

1927 — 10 de Outubro — A Fita da Semana por Acacio de Paiva.

1927 — 12 de Outubro — João Pita Morgado, responde a Henrique Loureiro — censurando a attitudão do mesmo senhor.

No mesmo jornal vem uma carta de Monsenhor Elviro dos Santos — que chamou a si a descoberta dos Paineis — fazendo votos que a Senhora da Paz se meta de permeio entre os contendadores.

1927 — 13 de Outubro — Os Paineis — A prova da falsidade do documento «descoberto pelo sr. Pita Morgado» — por José de Bragança.

O sr. Juvenal Esteves, numa carta publicada no mesmo jornal — lembra o que diz Joaquim Inacio Moreira em 1842, quando visitou o Convento do Beato Antonio — cujo manuscrito se encontra na Academia das Sciencias de Lisboa — e segundo se deprende d'ele, não pode ser D. Catarina a figura dos Paineis.

1927 — 18 de Outubro — A Disputa dos Paineis —

Prova-se a falsificação — Confronto da assinatura autentica do Geral dos Loios com a que frandulentamente lhe foi atribuida na falsa carta a D. Sebastião — novos reparos ao famoso documento «que tudo resolvia»... Este artigo vem acompanhado de quatro gravuras com as seguintes legendas:

«A Suposta assinatura de Dom Francisco de Santa Maria na falsa carta a D. Sebastião, que foi intercalada no codico n.º 887.»

«A autentica assinatura de Dom Francisco de Santa Maria, bispo de Fez, no documento existente no Arquivo Districtal de Braga.»

«A numeração da folha anterior (218) e posterior (220) do codice, e a numeração do documento falso (219) que foi inserida entre as duas. A' primeira vista reconhece-se que os algarismos 2 e o grupo 27 das trez folhas não foram feitas pela mesma mão. A gravura não apresenta a diferença de côr de tintas, que é notável.»

«A colagem do documento falso na carceia da folha em que foi encontrado.

1927 — 20 de Outubro — Os Paineis — O exame ao famoso documento falso — O seu «descobridor» proibido de entrar na Biblioteca Nacional.

1927 — 21 de Outubro — Os Paineis, por João Grave.

1928 — 5 de Fevereiro — Os Paineis — O Instituto Medicina Legal entregou já o relatório do exame ao famoso documento. (Esta noticia não era verdadeira).

DIARIO DA TARDE (Lisboa) —

1926 — 24 de Fevereiro — Um problema de arte — As Tapeçarias de Pastrana. A Conferencia desta tarde pelo sr. dr. Reinaldo dos Santos — por Matos Sequeira.

1926 — 3 de Março — Um caso de loucura.

1926 — 12 de Março — Um caso de loucura, por Matos Sequeira.

1926 — 20 de Julho — O caso de S. Thiago.

1926 — 24 de Fevereiro — Um problema de arte. As Tapeçarias de Pastrana. A conferencia desta tarde pelo sr. dr. Reinaldo dos Santos, por Matos Sequeira.

1926 — 1 de Setembro — Um problema interessante. Os Paineis do Infante Santo ou os Paineis de S. Vicente, por Matos Sequeira.

— EPOCA — (Lisboa) —

1926 — 10 de Janeiro — Um interessante problema artistico. S. Vicente ou Infante Santo — O professor José Saraiva contesta a opinião do sr. dr. José de Figueiredo sobre os famosos paineis ha anos encontrados no Paço Patriarcal de S. Vicente, por Nemo (Conselheiro Fernando de Sousa). Este artigo é ilustrado com trez gravuras.

1926 — 2 de Fevereiro — Das Ideias & dos Livros — A Quarela dos Paineis, por Rodrigues Cavalheiro.

1926 — 7 de Fevereiro — A Quarela dos Paineis, por Alfredo Candido (resposta ao artigo de Rodrigues Cavalheiro).

1926 — 14 de Julho — Os Paineis. Uma conferencia do sr. Marquez de Jacome Correia, por Artur Maciel.

1926 — 17 de Julho — Um problema d'arte. Os Paineis de S. Vicente? Não! por Alfredo Candido.

— MOCA — (Faro) —

1927 — 13 de Outubro — Um problema d'arte — O Misterio dos «Paineis», por Elias Garcia (major).

— NOVIDADES — (Lisboa) —

1927 — 26 de Setembro — Notas do dia.

1927 — 9 de Outubro — A questão dos Paineis — Um problema de historia de arte. A bibliografia dos paineis — O inicio e o estado actual da questão — Dois documentos — Uma questão que apaixonou.

1928 — 6 de Fevereiro — A questão dos Paineis. Vai finalmente resolver-se o velho problema.

PRIMEIRO DE JANEIRO (Porto) —

1926 — 7 de Fevereiro — As tabuas de Nuno Gonçalves — Uma polemica imortal por Hernani Cidade.

1926 — 27 de Setembro — O Retrato de Frei Gonçalo Velho nos quadros de S. Vicente por Aires de Souza.

REPUBLICA PORTUGUESA (Lisboa) —

1927 — 14 de Setembro — A questão dos Paineis.

1927 — 16 de Setembro — Rito ou Rita por João Lisboaeta.

1927 — 10 de Outubro — A questão dos Paineis — sua autoria por Ribeiro Cristino.

REBATE — (Lisboa) —

1926 — 25 de Fevereiro — Os Paineis do Infante Santo por Alfredo Leal.

1926 — 28 de Fevereiro — Os Paineis do Infante por Alfredo Leal.

SEculo — (Lisboa) —

1914 — 5 de Janeiro — Um novo Museu de Arte Regional. Vão ser removidas para Viseu magnificas telas de Renascença. Nuno Gonçalves no Louvre?

1914 — 19 de Janeiro — Pró Arte. O museu d'arte antiga está sofrendo importantissimas modificações. O sr. Dr. José de Figueiredo fala-nos da sua recente viagem e da influencia que ela tem na organização do museu.

1917 — 3 de Abril — (*Seculo edição da Noite*) — Arte. As tapeçarias do seculo XV sob desenho do Pintor Nuno Gonçalves. Uma importante descoberta artistica «As tapeçarias são a pagina que nos faltava para a cronica, realisada plasticamente do grande Portugal do seculo XV diz-nos o sr. Dr. José de Figueiredo.

— SEculo —

1925 — 7 de Março — *Os Paineis de Nuno Gonçalves. Serão realmente ao famoso pintor de D. Afonso V as tripticos que se encontram no Museu de Arte Antiga? Contesta-se, porém, que celebram o Martir de S. Vicente, e afirma-se que comemoram a desgraçada morte do Infante Santo* por José Saraiva.

1926 — 15 de Março — *A questão dos paineis. Um retrato de D. Afonso V* por Virgilio Correia.

1926 — 9 de Janeiro — O problema da autoria e significação dos chamados «Paineis de S. Vicente» por Virgilio Correia.

1926 — 21 de Fevereiro — Anuncia a conferencia do Dr. José de Figueiredo.

1927 — 28 de Agosto — Reproduz o documento encontrado por João Andrade — codice 887 — folhas 219. — A letra é atribuída ao seculo XVI, acompanhado duma carta de João Andrade.

1927 — 20 de Setembro — Nem S. Vicente nem Nuno Gonçalves. Está descoberto o misterio dos Paineis. A figura central é Santa Catarina e o autor é um artista flamengo conforme documento encontrado por João Andrade.

1927 — 5 de Outubro — Os Paineis atribuídos a Nuno Gonçalves. O precioso documento encontrado num codice da Biblioteca Nacional de Lisboa de frei Francisco de Santa Maria.

1927 — 7 de Outubro — Os Paineis atribuídos a Nuno Gonçalves. A carta do sr. João F. d'Andrade, interpretativa do documento que encontrou na Biblioteca Nacional e a respectiva documentação grafica. A documentação grafica consta do: Fac-simile da carta de frei Francisco de Santa Maria e os seis Paineis.

1927 — 8 de Outubro — Os Paineis «Vicentinos». Diz que o documento inserto em 7, que resolve o problema dos paineis, está constituindo fôros de sensação. Ha quem considere opocriça a carta de frei Francisco de Santa Maria. E segundo informações da arcada o sr. Ministro da Instrução, propõe-se nomear uma comissão composta pelos srs. Drs. Antonio Baião, Pedro d'Azevedo e José Maria Rodrigues, para estudarem a autenticidade do documento encontrado por João F. d'Andrade.

1927 — 9 de Outubro — Representação enviada ao sr. Ministro da Instrução por João F. d'Andrade. Os Paineis «Vicentinos». Os srs. Aires de Sá, Pedro de Azevedo e Henrique Loureiro, manifestam-se no sentido da autenticidade da carta de frei Francisco de Santa Maria.

1928 — 5 de Fevereiro — Ainda a questão dos Paineis. — SINTRA REGIONAL (Sintra)

1927 — 3 de Setembro — Os Paines de «S. Vicente de Fôra» e a diaconisa «Santa Maria» por Alfredo Leal.

1927 — 10 de Setembro — Diaconos e Diaconisas — A questão dos Paineis — por Alfredo Leal.

1927 — 17 de Setembro — O Caso dos Paineis — Uma carta do sr. João Freire de Andrade — por Alfredo Leal.

1927 — 24 de Setembro — Os paineis de Santa Catarina — por Alfredo Leal.

1927 — 8 de Outubro — Os Paineis de «Santo Eloi» — por Alfredo Leal.

1927 — 15 de Outubro — Á margem dos Paineis — Se a carta é falsa representa uma cabala — por Alfredo Leal.

1927 — 22 de Outubro — Á margem dos Paineis — «Fr. Francisco de Santa Maria» e o «Bispo de Fez» — por Alfredo Leal.

1927 — 29 de Outubro — Á margem dos Paineis — Uma ordem de serviço — a seguir vem uma carta assinada por Um investigador atento.

1927 — 5 de Novembro — Á margem dos Paineis — Nem «S. Vicente» nem o «Infante Santo» — por Alfredo Leal.

1927 — 19 de Novembro — Á margem dos Paineis — Glosel e o Frade Loio — por A. L.

1927 — 26 de Novembro — Á margem dos Paineis — Ameaças e sorrisos — por A. L.

1927 — 3 de Dezembro — Á margem dos Paineis — Conselhos prudentes — por A. L.

1927 — 10 de Dezembro — Á margem dos Paineis — S. Vicente na «berlinda» — Uma carta de Filipe III — O Conselho de Arte e Archeologia — por A. L.

1927 — 17 de Dezembro — Á margem dos Paineis — O simbolismo da «corda» — Fala a Biblioteca de Mafra — por A. L.

1928 — 7 de Janeiro — Á margem dos Paineis — Santa Catarina e os mestres da pintura — por A. L.

1928 — 14 de Janeiro — Á margem dos Paineis — Santa Catarina e Joana d'Arc — por A. L.

1928 — 21 de Janeiro — Á margem dos Paineis — Á cautela — por A. L.

1928 — 28 de Janeiro — Á margem dos Paineis — O Infante D. Pedro e Santa Catarina — por A. L.

1928 — 4 de Fevereiro — Á margem dos Paineis — Frades «Catarinistas» por A. L.

1928 — 11 de Fevereiro — Á margem dos Paineis — Precipitações por A. L.

1928 — 18 de Fevereiro — Á margem dos Paineis — O seminario de «Santa Catarina» por A. L.

1928 — 25 de Fevereiro — Á margem dos Paineis — Explicações ao sr. Lassancy. (Este numero traz uma carta de Armando Lassancy — Armando de Sousa Gomes) e a respectiva resposta á carta por A. L.

— SITUAÇÃO (Lisboa) —

1927 — 14 de Outubro — A guerra dos Paines.

— VOZ — (Lisboa) —

1927 — 8 de Setembro — Aires de Sá, esclarece numa carta que em 1910 fez a identificação de Frei Gonçalo Velho nos paineis de S. Vicente.

1927 — 10 de Setembro — A questão dos Paineis — Dois desacertos num pé e em tão pouco tempo é muito para um paiz tão pequeno, por Ludovico de Menezes.

1927 — 11 de Setembro — Os Paineis de S. Vicente, (resposta ao artigo de Ludovico de Menezes), por Henrique Loureiro.

1927 — 12 de Setembro — Os Paineis, ao sr. Henrique Loureiro, por Ludovico de Menezes.

1927 — 17 de Setembro — A questão dos Paineis, por José Saraiva, (resposta á carta do sr. Ludovico de Menezes, publicada a 12.

1927 — 18 de Setembro — A questão dos Paineis, resposta ao sr. dr. José Saraiva, por Ludovico de Menezes.

A VOZ DA JUSTIÇA — (Figueira da Foz) —

1926 — 8 de Junho — No Mundo dos Espiritos — Os Paineis de Nuno Gonçalves... por Va lotri (Viriato Silva).

HUMORISMO

— DIARIO DE LISBOA —

1927 — 16 de Novembro — Meus senhores! A pedido vou mais uma vez fazer o intermedio dos paineis vicentinos.

— DIARIO DA TARDE —

1926 — 24 de Fevereiro — Agenda alegre, por Esculapio.

1926 — 3 de Março — Um caso de loucura.

1926 — 12 de Março — Boas tardes — Os Paineis, por Luiz d'Oliveira Guimarães.

— DOMINGO ILUSTRADO —

1927 — 16 de Outubro — O grande misterio dos Paineis. Dona Catarina? São Vicente? O Infante Santo? Homem? Mulher? Eis o motivo que envolve a figura central d'esta pagina e... quasi envolve á pancadaria alguns criticos de arte que teem dado durante semanas, nos jornais de Lisboa, o mais triste espectáculo de senhora visinha e de ridiculas intrigas do bairro, de que ha memoria».

SEMPRE FIXE —

1927 — 1 de Setembro — «Os ditos da semana.» (em que faz blague com a descoberta do documento).

1927 — 13 de Outubro — «En Pai...neis» (desenho por Francisco Valença).

1927 — 13 de Outubro — O problema do momento. O mistério dos paineis por um pergaminho (Nogueira de Brito).

1927 — 20 de Outubro — Nova Paineleida ou a guerra dos Paineis. Sala dos Reservados da Biblioteca por Abel Moreno.

1927 — 27 de Outubro — Idem (continuação).

1927 — 8 de Dezembro — Receitas Uteis, mãosinhas á «paineleiro».

ULTIMA HORA —

1927 — 9 de Outubro — O caso dos «Paineleiros» ou o misterio do sexo por Ribeiro de Sandovill.

1927 — 23 de Outubro — Gazetilha por C. N. F.

RIDICULOS —

1927 — 19 de Outubro — Conversando.

1927 — 19 de Outubro — Raio X. Um desastre por Xouxa Pinto.

EM LIVROS E OPUSCULOS

— Na HISTORIA E GENEALOGIA de Afonso de Dornelas. Vol. VII. Lisboa, 30-1-915. Subsídio. O retrato de Gomes Eannes de Zuzara ou Frei Gonçalo Velho. Comunicação feita na comissão Academica dos Centenarios de Ceuta e Albuquerque.

— Na HISTORIA E GENEALOGIA de Afonso de Dornelas. Vol. VII. Lisboa, Julho de 1917. Subsídios. O retrato de Gomes Eannes de Zuzara ou Frei Gonçalo Velho. Estudo premiado no concurso scientifico, literario e artistico, aberto pelo Instituto Historico do Minho em 16 de Maio de 1917.

— Na HISTORIA DE COLONISAÇÃO DO BRASIL, dirigida por Carlos Malheiro Dias. Tomo I, pg. IX. Painei do Infante por Afonso Lopes Vieira. — Tomo I, pag. XI. Paineis dos pescadores e dos cavaleiros por Afonso Lopes Vieira. — Tomo I, pg. XX. Painei do Arcebispo por Afonso Lopes Vieira. — Tomo I, pg. XXV. Painei dos Frades e da Reliquia por Afonso Lopes Vieira. — Tomo I, pg. XXVI. Os Paineis de S. Vicente por Afonso Lopes Vieira. Tomo I, pg. LXXXII. O Infante D. Afonso por Afonso Lopes Vieira.

— LIVRO D'OIRO E CATALOGO GERAL DA EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO RIO DE JANEIRO (1922)— artigo — Pintura e Escultura contemporanea em Portugal por Guedes de Oliveira, publica gravura de Triptico de Nuno Gonçalves conhecido pelo nome de «Painei do Infante» da copia de Luciano Freire que figurou na Exposição e algumas referencias.

CONFERENCIAS

1924 — 28 de Setembro — No Museu de Arte Antiga, pelo dr. Afonso Lopes Vieira — «A poesia dos paineis de S. Vicente» — O conferente foi apresentado por Luiz Fernandes, presidente dos Amigos do Museu.

O dr. Afonso Lopes Vieira, rendeu homenagens aos trabalhos de José de Figueiredo e Luciano Freire.

1925 — 4 de Maio — No Museu de Arte Antiga, pelo dr. Jaime Cortezão, que defendeu a opinião do dr. José de Figueiredo. O conferente foi apresentado pelo director do Museu, sendo a conferencia acompanhada de projecções.

1926 — 8 de Fevereiro — Na sala do Algarve da Sociedade de Geografia, pelo dr. Jaime Cortezão. «Os Paineis de S. Vicente e a publicação do livro do dr. Jose Saraiva».

Assistiu á conferencia o Ministro da Instrucção, dr. Santos Silva, e presidiu o General Garcia Rosado.

O conferente defende S. Vicente como sendo a principal figura dos paineis e ataca o livro «Os Paineis do Infante». Pelo mesmo são lidas duas cartas dos drs. Teles Palhinha e Henrigue Vilhena, perfilhando a sua opinião. Em contradita, falou o dr. José Saraiva que protestou como o orador se lhe dirigiu, trocando-se explicações de parte a parte. Ainda o dr. José Saraiva formula varias perguntas ao dr. José de Figueiredo, que responde com a cabeça — que não. O dr. Virgilio Corréia, que tambem usou da palavra, origina uma troca de apartes violentos. Esta conferencia que foi acompanhada de projecções, foi promovida pelos Amigos do Museu.

Sobre a mesma conferencia, o «Diario de Noticias» de 13 de Fevereiro, publica uma carta de Alfredo Mota, que discorda do que disse o dr. Jaime Cortezão, sobre a figura do judeu, que se encontra no «Painei da Reliquia» — perfilhando que seja o mestre Guedelha, fisco-mór de el-rei D. Duarte.

1926 — 11 de Fevereiro — Na Academia das Scien-

cias de Lisboa — por Afonso Dornelas — «Notavel descoberta historica» — Uma Tapeçaria referente à historia de Arzila, até hoje inedita, vem justificar as opiniões, já tão avolumadas de que a figura principal dos paineis atribuidos a Nuno Gonçalves é a do Infante Santo. Nesta conferencia pediu a palavra o dr. José de Figueiredo, que ataca violentamente o dr. José Saraiva, o que leva o dr. José Maria Rodrigues a intervir.

Esta conferencia foi repetida às 21 horas na Associação dos Archeologos.

1926 — 24 de Fevereiro — No Salão do Teatro de S. Carlos, pelo dr. Reinaldo dos Santos — «As Tapeçarias de Arzila e as suas relações com os paineis de Nuno Gonçalves» — Esta conferencia que foi em contradita á que fez Afonso Dornelas, na Academia das Sciencias de Lisboa, a 11 de Fevereiro, foi acompanhada de projecções.

1926 — 25 de Fevereiro — Na Academia das Sciencias de Lisboa, por Afonso Dornelas, em resposta á conferencia do dr. Reinaldo dos Santos, realisada a 24 no Salão do Teatro de S. Carlos. — «A Relação das Tapeçarias de Pastrana com os Paineis» — O dr. José de Figueiredo tinha anunciado para este dia uma conferencia na Academia das Sciencias de Lisboa, que não chegou a realizar.

A conferencia de Afonso Dornelas, foi transcrita na «Epoca» de 26 e «Diario de Noticias» a 27 do mesmo mez.

1926 — 25 de Fevereiro — Na Associação dos Archeologos às 21 horas, por Henrique Loureiro, em réplica á que fez o dr. Reinaldo dos Santos. Presidiu o dr. Xavier da Costa. O conferente tentou demonstrar que os paineis foram mandados fazer por D. Jorge da Costa, Cardeal de Alpedrinha, a seu sobrinho o pintor Nuno Gonçalves Gusmão, e que a figura principal é D. Catarina.

A mesma conferencia vem transcrita no «Diario dos Açores», da Ilha de S. Miguel, n.º 10.198 de 8 d'Abril, com illustrações e comentada por Frasnão de Vasconcelos.

1926 — 8 de Março — Na Sala do Algarve da Sociedade de Geografia, pelo dr. José de Bragança. Presidiu o general Garcia Rosado. O conferente discorda que os paineis fossem pintados por Nuno Gonçalves, mas sim que eles veem do tempo de Afonso IV, seculo XV, representando a historia do Infante Santo. Citou o Visconde de Juromenha, que já em 1840, afirmava que as taboas de S. Vicente não podiam ser da epoca em que viveu D. Afonso V. Em contradita respondeu Henrique Loureiro que sustentou um vivo dialogo com o conferente.

A 24 de Março, Henrique Loureiro, insere uma carta na «Epoca», que diz, que na contradita que fez á conferencia do dr. José de Bragança, não concordava com a opinião do mesmo senhor, sobre as linhas perspectivas dos ladrilhos dos pavimentos.

1926 — 20 de Março — O *Diario de Noticias* insere o prologo d'uma conferencia, que Almada Negreiros

realisaria, sobre as perspectivas dos ladrilhos dos paineis de Nuno Gonçalves (que não chegou a realizar-se.)

1926 — 15 de Junho — Na Sociedade de Geografia, pelo Dr. Virgilio Correia, sob a «Iconografia de S. Vicente.» O conferente foi apresentado pelo General Garcia Rosado. Esta conferencia foi publicada na Revista Terra Portuguesa, n.º 42 (1928).

1926 — 13 de Julho — Na Associação dos Archeologos, pelo Marquez de Jacome Correia, sobre os «Paineis chamados de S. Vicente.» O conferente procurou demonstrar que a principal figura dos paineis, era Sant'Iago Menor, solenizando a instituição da Ordem de Sant'Iago de Espada.

No Museu do Louvre (Paris) pelo Dr. Reinaldo dos Santos, sobre os Paineis de S. Vicente, como sendo obra de Nuno Gonçalves. O conferente foi apresentado por Mr. Paul Leon.

1927 — 7 de Outubro — A Sociedade Nacional de Belas Artes, oferece as suas salas para conferencias sobre os Paineis do Museu de Arte antiga.

— «O Retrato da Princesa Infanta D. Joana dos Primitivos do Museu de Aveiro» sua importancia na questão dos paineis de S. Vicente. Titulo d'uma conferencia que o Dr. Alberto Souto devia ter realisado na Associação dos Archeologos.

1927 — 18 de Outubro — O *Diario de Noticias*, diz que Artur Piçarro, (de Bragança) é da opinião que os paineis fossem pintados em Bragança, por um pintor quinhentista chamado Gadueiros e anuncia que virá a Lisboa realizar uma conferencia sobre o assunto. (Este telegrama foi uma brincadeira).

1928 — 6 de Fevereiro — O *Diario de Noticias* anuncia uma conferencia de Alves de Sá, no Instituto do Minho (Viana do Castelo) acerca dos Paineis de S. Vicente.

1928 — (?) de Fevereiro — No Colegio Almeida Garret, no Porto, M.^{lle} Gertrud Richert, realisou uma conferencia subordinada a Pintura Portuguesa — A conferente depois de analisar detalhadamente a obra dos artistas portugueses, passou a fazer a analise aos paineis de S. Vicente, e historia a questão que se levantou á volta da sua autoria e refere-se também aos artigos publicados no *Comercio do Porto* a este respeito em 1895 pelo Dr. Joaquim de Vasconcelos.

COMUNICAÇÕES

— Na Academia das Sciencias a 28 de Janeiro de 1926 pelo Dr. Antonio Baião, acerca dos chamados paineis de S. Vicente, cujas autorias e significações foram contestadas pelo Dr. José Saraiva, no seu livro «Paineis do Infante».

— Na Associação dos Archeologos, a 30 de Janeiro de 1926, pelo Dr. Manuel Heleno, que apresentou na Assembléa Geral Administrativa d'aquela Associação o livro do Dr. José Saraiva «Os Paineis do Infante». Matos Sequeira, na mesma reunião, referindo-se aos Pai-

neis, acentua que até aquella data, não viu argumento probatorio da ideologia das taboas em questão, continuando todas as opiniões apresentadas a constituir simples hipoteses.

— Na Academia das Sciencias a 1 de Fevereiro de 1926, pelo Dr. Antonio Baião, que se occupou da data dos Paineis, que o livro do Dr. José Saraiva incluye. O Dr. José de Figueiredo, a proposito d'esta comunicação, classifica a obra do Dr. José Saraiva «peca por falta de senso critico e pelo desconhecimento de tecnica de pintura antiga e da arte em geral, ao que vem ainda ajuntar-se que o seu autor é a negação de um visual, aliás não teria caído nos erros em que caiu com as suas identificações dos personagens dos paineis». O Dr. Jaime Cortezão, discorda da opinião formulada pelo Dr. Antonio Baião. Falou ainda Matos Sequeira, que a proposito do relato feito pelos jornais a 1 enviou uma carta ao *Diario de Noticias*, publicada a 3 de Fevereiro, em que diz — . . . «que já tivera a opinião que a personagem glorificada era o Santo Infante D. Fernando; que abandonou essa opinião, trocando-a por S. Vicente. Nem uma coisa nem outra. Alvitrei é certo, ha anos a hipotese do Infante, mas só isso. A minha opinião tem-se mantido integra.»

— Na Academia das Sciencias a 16 de Março de 1926, F. M. Esteves Pereira, sobre a «Identificação da

figura de uma senhora que se vê em um dos quadros de S. Vicente».

— Na Academia das Sciencias a 1 de Julho de 1926, pelo coronel de Engenharia Pereira de Sousa, em que apresenta documentos, que diz serem relativos aos Paineis da Capela de S. Vicente, e que eles arderam por ocasião do Terramoto de 1755. O «Diario de Noticias» de 7, publica os documentos apresentados á Academia pelo coronel Pereira de Sousa. O dr. José de Figueiredo no mesmo jornal, diz que os documentos, nada tem com os Paineis de S. Vicente e anuncia que o assunto será desenvolvidamente tratado num numero da Revista Luzitania (que não chegou ainda a publicar-se).

O mesmo jornal, a 4 de Julho, insere uma carta do dr. Mesquita de Figueiredo, em que tambem discorda da opinião formulada pelo coronel Pereira de Sousa, que os Paineis tivessem ardido no ano de 1775 — pelo o que se depreendia de certo documento encontrado na Biblioteca d'Evora — documento que estava de posse de Henrique Loureiro. A 13 de Julho, Henrique Loureiro respondendo ao dr. Mesquita de Figueiredo, publica os documentos da Biblioteca d'Evora, encontrados no Codice CXI—I—2—doc. n.º 37 com o titulo: «Relação de Invenção do corpo do invictissimo Martyr São Vicente na Sée de Lx.ª &».

